UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO DE LINCENCIATURA EM GEOGRAFIA

JÉSSICA DA CONCEIÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL NA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB

CAJAZEIRAS-PB
2015

JÉSSICA DA CONCEIÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL NA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requesito necessário para obtenção do título de licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras.

Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão

CAJAZEIRAS-PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730

Cajazeiras - Paraíba

C744c Conceição, Jéssica da

Caracterização dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Cajazeiras - PB. / Jéssica da Conceição. Cajazeiras, 2015.
53f. : il.
Bibliografia.

Orientador (a): Dr. Josias de Castro Galvão.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Espaço geográfico. 2. Exploração sexual comercial. 3. Direitos humanos 4. Infância e adolescência. I. Galvão, Josias de Castro. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 911.3: 76.5-053.2(813.3)

JÉSSICA DA CONCEIÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL NA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requesito necessário para obtenção do título de licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras.

Aprovado em: 07 de Abril de 2015

BANCA EXAMINADORA

Josias de Castro Galvão

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão/ UFCG

Santiago Andrade Vasconcelos

Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos/ UFCG

Prof. Dr. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues/ UFPB

CAJAZEIRAS – PB

2015

A Gilson Lira e Francisca Maria (Giselda). Alicerces responsáveis pela minha estabilidade e formação, sempre me orientado a superar as dificuldades e obstáculos encontrados, nessa caminhada imprevisível que é a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus pais Gilson Lira e Francisca Maria (Giselda), meu irmão Vinícius Melo e a toda a minha Família pelo carinho, dedicação e apoio em todos os momentos da minha vida.

A todos os amigos pela força, amizade e incentivo demonstrado em todos os momentos da minha vida, em especial aos meus amigos Èrika Layany, Valcilene Oliveira, Aiany Oliveira, Klêdson Pinheiro, Francisco das Chagas, Erlando Marques e Eliene Sousa pelas ajudas prestadas ao longo desta pesquisa.

Ao meu professor orientador, Dr. Josias de Castro Galvão, pela proposta do tema da pesquisa, a paciência na orientação e o incentivo que tornaram possível a materialização deste trabalho de conclusão de curso (TCC).

Enfim, agradeço a todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram na conclusão deste TCC, muito obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a caracterização dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil, localizados na zona urbana da cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. A exploração sexual comercial infanto-juvenil se apresenta como um fenômeno complexo que, atinge a grande maioria dos países, inclusive o Brasil. O fenômeno é uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da exploração e comercialização de seus corpos e sexualidade no mercado do sexo. O objetivo desta pesquisa é identificar os espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil; caracterizar os espaços de exploração sexual comercial da criança e do adolescente e destacar a presença do Estado e da sociedade civil organizada no controle e enfrentamento dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil. Como é uma pesquisa de natureza geográfica e que envolve as dinâmicas da sociedade com seu espaço construído desigualmente, optou-se por abordar essa relação a partir do materialismo histórico e dialético, também definiu-se uma abordagem quali-quantitativo. Para o desenvolvimento da pesquisa, também foram definidos alguns procedimentos metodológicos de natureza investigativa como a pesquisa de campo. Para a coleta dos dados, aplicou-se entrevistas semi-estruturadas aos profissionais que realizam trabalhos junto ao público infanto-juvenil em organizações sociais e instituições governamentais. Os resultados obtidos mostraram que no meio urbano cajazeirense existe uma predominância de espaços abertos (rua) de exploração sexual comercial infanto-juvenil, uma vez que ao longo da pesquisa não foi identificado nenhum espaço fechado apesar de acreditarmos que exista esse tipo de espaço na cidade. A pesquisa também mostrou que esses espaços se instalam por várias partes da cidade de Cajazeiras, apresentando uma maior concentração na área central. Cada um desses espaços tem características sócio-espaciais próprias e dinâmicas específicas que os legitimam dentro do mercado do sexo.

Palavras chaves: Espaço geográfico. Exploração sexual comercial. Direitos humanos. Infância e adolescência.

ABSTRACT

This research has as object of study the characterization of spaces of commercial juvenile sexual exploitation, located in the urban area of Cajazeiras city, State of Paraiba. The commercial sexual exploitation of children and youth is presented as a complex phenomenon that affects the vast majority of countries, including Brazil. The phenomenon is violence against children and teens, which is contextualized according to the operation and marketing of their bodies and sexuality in the sex market. The aim of this research is to identify the areas of commercial juvenile sexual exploitation; characterize the spaces of commercial sexual exploitation of children and teens and highlight the presence of the state and civil society in the control and face the spaces of commercial juvenile sexual exploitation. How is a research of geographical nature that involves the dynamics of society with its built space unevenly, it was decided to approach this relationship from the historical and dialectical materialism, also defined one quali-quantitative approach. For the development of the research, were also defined some methodological procedures of investigative nature as the field research. To date collect, we applied semi-structured interviews with professionals that work with the children and youth in social and governmental institutions organizations. The results showed that in cajazeirense urban areas, there is a predominance of open spaces (streets) of commercial juvenile sexual exploitation, since during the research no enclosed space was identified, although we believe that there is this kind of space in the city. The research also showed that these spaces are installed in several parts of Cajazeiras city, with a higher concentration in the central area. Each one of these spaces has own socio-spatial dynamics characteristics and specific that they legitimate within the sex trade.

Key Words: Geographical space. Commercial sexual exploitation. Human rights. Childhood and teenager.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 01 - A Distribuição Regional da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil no Brasil.....27

FIGURA 02 – Área Objeto de Estudo.....31

FIGURA 03 – Geografia e os Espaços da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Cidade de Cajazeiras-PB.....41

LISTA DE QUADRO

QUADRO 01 – Ações Estratégicas de Âmbito Nacional.....53

LISTA DE TABELA

TABELA 01 – Distribuição de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras por Unidade Federativa.....28

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA- Associação Brasileira Multiprofissional de proteção à criança e à adolescência.

ANCED- Associação Nacional dos Centros de Defesa.

CAA- Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente.

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito.

CONANDA- Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente.

CRAS- Centro de Referência de Assistência social.

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

DCA- Departamento da Criança e do Adolescente.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

ESCCA- Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

IPEC- Instituto de Pesquisa em Educação e Cultura.

INSS- Instituto Nacional de Seguro Social.

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil.

ONGs- Organizações Não governamentais.

OIT- Organização Internacional do Trabalho.

PRF- Polícia Rodoviária Federal.

RECRIA- Rede de Informação sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.

SIPIA- Sistema de Informação para a infância e adolescência.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....12

2 – PERSPECTIVAS E CONCEITOS GEOGRÁFICAS SOBRE ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....17

3 – ESTRATÉGIAS GEOGRÁFICAS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL NA ZONA URBANA DE CAJAZEIRAS- PB.....25

3.1 – As revelações sobre a dinâmica da exploração sexual comercial infanto-juvenil: entre prostituição de rua/fechada e exploradores sexuais.....34

3.2 – O espaço de exploração sexual comercial infanto-juvenil: sua caracterização.....38

4 – O ESTADO, ENTRE AS ESCALAS DE PODER E SEU PAPEL: AÇÃO E CONTROLE DOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL.....49

4.1 – O Estado e suas estratégias para coibir a exploração sexual comercial infanto-juvenil.....53

4.2 – As contradições do Estado e a persistência do fenômeno.....55

4.3 – Enfrentamento da Sociedade civil organizada no tratamento dos espaços de exploração sexual comercial.....57

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....60

REFÊRENCIAS.....62

APÊNDICES.....65

Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semi - Estruturada com Profissionais que Desenvolvem Trabalhos na Área da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.....66

1 – INTRODUÇÃO

Inicialmente afirmamos que a exploração sexual comercial infanto-juvenil é um fenômeno complexo. Torna-se mais complexo ainda tratado numa concepção de natureza geográfica. Essa atividade ilegal visa principalmente à exploração de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, condicionada aos mais diversos elementos que contribuem para o desenvolvimento da configuração desse fenômeno.

Desta forma, a exploração sexual comercial infanto-juvenil vem se perpetuando, ao longo dos anos, nas mais diversas sociedades. Assim, tornando-se um assunto bastante relevante, de interesse do Estado e da sociedade civil, por apresentar uma configuração heterogênea e contraditória, entre sua invisibilidade e visibilidade nos espaços geográficos.

Mesmo sendo uma atividade econômica informal e ilegal, o fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil se encontra em constante articulação com outras atividades econômicas e que, gera de forma indireta e, até mesmo invisível para o Estado, uma movimentação econômica considerável. As demandas das diferentes formas da exploração sexual se reproduzem especificamente nos espaços urbanos, sobretudo, das cidades capitalistas. Cada cidade apresenta sua forma de reprodução dessas demandas e a sociedade tem seu modo de coibir e de reproduzir os espaços da ampliação da oferta do sexo. Importa na ciência, principalmente, a geográfica, a investigação, buscando responder como esses espaços da ilegalidade e da informalidade da exploração sexual de crianças e adolescentes se reproduzem em meio ao espaço urbano capitalista.

O presente estudo tem como abordagem central os espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Cajazeiras-PB, apontando as principais características espaciais de sua reprodução. Pensando nisso, destacamos a nossa questão central que norteia esta pesquisa que é a seguinte: como caracterizar a reprodução do espaço de exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Cajazeiras-PB? Contamos ainda com a problematização da pesquisa que pode ser destacada nas questões a seguir: quais os sujeitos e seus papeis na reprodução desses espaços? Como o Estado, nas suas diferentes escalas de poder, trata esse fenômeno? Como a sociedade organizada monitora e oferece ações preventivas na minimização da reprodução desse fenômeno?

Pressupomos que tal situação de exploração sexual comercial se configura em razão do crescimento e da persistência do fenômeno em sua espacialidade, mesmo com as duras penalidades jurisdicionais e da moralidade da sociedade.

O crescimento da exploração sexual comercial da criança e do adolescente acontece geralmente, devido à vulnerabilidade de um indivíduo ou grupo em relação aos fatores socioeconômicos por eles vivenciados. Em muitos casos, essa situação acontece por causa da desestrutura familiar, baixas condições econômicas, falta de assistência social e psicológica, entre outros. Elementos estes, que influenciam no desenvolvimento de determinada fragilidade por parte da criança e do adolescente, que vivenciam esse tipo de realidade.

Acreditamos também que o caminho da exploração sexual comercial pode ser muito atrativo, proporcionando à criança e ao adolescente a oportunidade de ganhar dinheiro com mais facilidade, sem grandes responsabilidades, diferentemente de outras atividades remuneradas, as quais exigem uma conduta profissional, pautada nos deveres e direitos trabalhistas.

Dentro desse contexto, podemos evidenciar a vulnerabilidade social, a qual essas crianças e adolescentes estão submetidos. Assim, surgindo uma preocupação, que consiste na compreensão de como a exploração sexual comercial infanto-juvenil, vem ao longo dos anos, crescendo de forma acentuada, na sociedade brasileira, possivelmente, devido ao aumento na procura por esse tipo de "produto" ou serviço oferecido pelo mercado do sexo.

Desta forma, partiremos do entendimento, a partir da herança teórica-metodológica e conceitual deixada pelo pensamento marxista na Geografia, de que o espaço é concebido como *locus* da reprodução, das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. Sendo assim, o espaço passa a ser analisado, a partir das contradições da sociedade, sejam elas de caráter social, econômico ou espacial. Ambas se encontram condicionadas, sob o controle do movimento da formação, reprodução e da transformação da dinâmica social, espacial e das diferentes formas de reprodução da sociedade e do espaço pelo capital, pelo Estado e pela sociedade capitalista.

Como essa pesquisa tem forte identidade com a corrente crítica da análise espacial dos geógrafos, o presente trabalho científico se apoiou no método materialista histórico e dialético, como forma de compreender as contradições e os processos que envolvem os fenômenos sociais que rebatem na forma e no conteúdo da produção e da reprodução do espaço.

Assim, a dialética, possibilita a reflexão sobre a realidade da organização social, a partir da interação entre sujeito pesquisador e objeto de pesquisa, que resulta na construção do conhecimento científico mais aprimorado da reprodução e da caracterização das diferentes formas de reprodução da vida social rebatidas no espaço, como é o caso de nosso objetivo de investigação.

O método dialético tem permitido nas áreas das ciências humanas uma compreensão mais minuciosa da realidade dos espaços, sobretudo, o da exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Seguindo essa concepção de espaço e do método dialético, a investigação e caracterização dos espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil desta pesquisa tem como base a realidade sócio-espacial constatada pelos órgãos institucionais da cidade de Cajazeiras como o Conselho Tutelar de Cajazeiras, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente (CAA).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, também foram definidos alguns procedimentos metodológicos de natureza investigativa. Inicialmente, fizemos um levantamento bibliográfico sobre a temática, principalmente, na área da Geografia, a fim de possibilitar um aprofundamento teórico.

Em seguida, foram realizadas pesquisas documentais, através da coleta de dados secundários, em organizações sociais e instituições governamentais. Aplicamos entrevistas semi-estruturadas aos profissionais que realizam trabalhos junto ao público infanto-juvenil. Sendo que as questões aplicadas apresentam em sua maioria um caráter subjetivo, tendo como finalidade identificar e caracterizar os espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil. No apêndice A podem ser encontradas todas as perguntas contidas nas entrevistas aplicadas no decorrer da pesquisa.

É preciso chamar a atenção para importância do trabalho de campo, pois esse procedimento possibilitou uma aproximação entre o objeto de observação e o pesquisador. Nesta pesquisa, o trabalho de campo foi desenvolvido através da observação do objeto de estudo, ou seja, os espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil, tendo em vista a interpretação da realidade dos fatos que envolvem o fenômeno.

A coleta de dados, proveniente do estudo de campo, permitiu a análise e a interpretação dos dados, com base na fundamentação teórica, tendo como objetivo caracterizar e compreender a problemática pesquisada. Porém, vale salientar que foram necessários instrumentos e técnicas adequados à natureza do tema para garantir a integridade da pesquisa.

Desta forma, a técnica que foi utilizada na coleta e análise dos dados do estudo de campo, pode ser considerada como uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, que possibilitou a reflexão sobre o objeto de estudo, levando em consideração a complexidade da realidade social. Com relação aos instrumentos da pesquisa, foram elaborados e utilizados

mapas representativos dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil existente na cidade.

O interesse por essa pesquisa surgiu por conta da escassez de produção científica na área da ciência geográfica sobre o tema dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil. As pesquisas produzidas são mínimas. No entanto, as maiores produções são nas áreas de Sociologia, Psicologia, Jornalismo, História, Direito e Medicina.

Nesse sentido, os geógrafos terminam buscando reflexões e informações em outros campos do conhecimento para a construção da fundamentação teórico-metodológica necessária ao desenvolvimento dessa temática. Entretanto, é preciso salientar que esse fenômeno apresenta uma dinâmica intrincada por relações complexas que, envolvem diferentes sujeitos na (re) produção e no controle dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Deste modo, tal complexidade pode influenciar no interesse dos pesquisadores, que muitas vezes, não se sentem estimulados a realizarem pesquisas, as quais possam superar essas dificuldades teórico-metodológicas, que configuram as pesquisas relacionadas ao fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil.

Sendo assim, devemos evidenciar a necessidade e a importância de pesquisas e publicações geográficas que tenham por objetivo a construção de novas perspectivas e conceitos sobre o fenômeno e sua atual configuração no espaço geográfico.

Está pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos: no primeiro capítulo, são apresentados algumas perceptivas e conceitos geográficos sobre espaço, território e territorialidade, objetivando compreender como são estabelecidas as relações sociais e de poder no espaço geográfico, associada à própria dinâmica da exploração sexual comercial infanto-juvenil da cidade de Cajazeiras.

No segundo capítulo, uma abordagem sobre as estratégias geográficas de instalação e manutenção da exploração sexual comercial infanto-juvenil na zona urbana de Cajazeiras, mostrando a dinâmica do fenômeno: entre prostituição de rua/fechada e exploradores sexuais. Em seguida, apresentaremos uma caracterização dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil, a fim de compreender as características do fenômeno, bem como os elementos que compõem as suas estratégias de instalação no espaço geográfico.

No terceiro e último capítulo, um enfoque no Estado suas escalas de poder e seu papel na ação e controle dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil, mostrando as principais estratégias adotadas pelo Estado para coibir o fenômeno, além de suas contradições que acabam provocando a persistência do fenômeno. Sendo assim, ainda destacaremos o

enfrentamento da sociedade civil organizada no tratamento dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Portanto, através de um olhar investigador, procuramos desenvolver uma caracterização criteriosa dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil na zona urbana de Cajazeiras-PB, visando trazer respostas a essas inquietações que norteiam esta pesquisa e que servem de base para o alcance dos objetivos propostos, consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento teórico da temática na ciência geográfica.

2 – PERSPECTIVAS E CONCEITOS GEOGRÁFICOS SOBRE ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Nesse estudo, a caracterização geográfica do objeto e dos sujeitos está centrada nos conceitos de espaço, território e territorialidade. Sendo assim, discutiremos a sua aplicabilidade nos estudos dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil, levando em consideração que esse fenômeno se configura como uma das práticas sócio-espaciais de maior crescimento no mundo. Esse crescimento acontece por muitos motivos, entre eles, a vulnerabilidade social que cada vez mais atinge crianças e adolescentes em várias partes do mundo.

Desta forma, muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social acabam sendo, afetados cotidianamente pelos vários elementos e fatores que configuram o espaço geográfico. Por sua vez, cada espacialidade apresenta características próprias decorrente de muitas atividades, entre elas a prática da exploração sexual comercial infanto-juvenil. Devemos evidenciar então a importância de se compreender o espaço como categoria de análise.

Iniciamos nosso recorte conceitual de espaço com Santos (1985). Para ele, o espaço pode ser considerado uma instância da sociedade, formado através do molde, na qual a sociedade gera, ou seja, as relações estabelecidas ao longo da história, no espaço social. Este conceito nos mostra que o espaço é resultado das relações de poder estabelecidas na sociedade ao longo do tempo por seus agentes sociais. Sendo assim, pode contribuir para o desvendamento dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil existente na cidade de Cajazeiras, uma vez que proporciona subsídios para entender as inter-relações que constituem a dinâmica socioespacial.

Assim, entendemos que o espaço e a sociedade se encontram em constante construção, a partir das inter-relações que os configuram. Sobre isso Corrêa (2007) informa que:

> [...] uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuníramos *a posteriori*, mas sim de formação sócio espacial (CORRÊA, 2007. p. 26/27).

Podemos considerar o espaço como social, em virtude, do espaço e a sociedade estarem condicionados, ou seja, agindo de forma conjunta, num processo contínuo e gradativo de construção. É importante ressaltar que o objeto desta pesquisa refere-se à zona urbana de

Cajazeiras, visto a necessidade frequente de se compreender as contradições e os processos que envolvem os fenômenos sociais que rebatem na forma e no conteúdo da produção e da reprodução desse espaço.

Assim, compreendemos que o espaço é um elemento fundamental para que aconteça o desenvolvimento da exploração sexual comercial infanto-juvenil. Duncan (2004) afirma que, "o sentido conferido ao espaço é aquele provável de ser vivenciado das mais diversas formas, por um indivíduo ou grupos sociais". Assim, cada um pode criar textos urbanos, construídos a partir de componentes da realidade formada em campos contratuais intertextuais. Então, os textos urbanos seriam como táticas ou formas utilizadas pelos participantes da rede de exploração para manter a invisibilidade do fenômeno na dimensão espacial.

Desse modo, o espaço se encontra em permanente construção e desconstrução, tendo como agente construtor ou transformador, o homem e suas relações sociais. Diante tal realidade, ainda acaba por receber de forma contínua e permanente vários fatores ou elementos, que irão configurar a realidade sócio-espacial de cada espacialidade. Nessa perspectiva, Andrade (1984) acrescenta que:

> O processo de produção do espaço é, consequentemente, dinâmico, está permanentemente em ação e permanentemente em reformulação. Em sendo dinâmico é também dialético, de vez que a evolução da sociedade e a ação do Estado que a representa não se procedem de forma linear, mas sofrem contestações, contradições que reformulam os princípios e as ações (ANDRADE, 1984. p. 17).

Nesse sentido, podemos entender a produção do espaço como algo instável que se encontra em constante reformulação, objetivando atingir determinados interesses e necessidades estabelecidas pela sociedade. Deste modo, o espaço passa a ser analisado, a partir das contradições da sociedade, sejam elas de caráter social, econômico ou espacial. Uma vez que todas essas contradições se encontram condicionadas, sob o controle do movimento da formação, reprodução e da transformação da dinâmica social e espacial.

Na concepção de Santos (2012), o espaço pode ser formado por um conjunto indissociável, solidário e muitas vezes contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, que não devem ser considerados isoladamente, mas como quadro exclusivo no qual a história se cria. Desta maneira, a formação ou produção do espaço está diretamente relacionada a um conjunto complexo indissociável de objetos ou ações, que se interrelacionam de forma dinâmica e contínua, assim levando a uma configuração geográfica do espaço.

Para Lefébvre (1976, p. 25), “o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”. Assim, a estruturação do espaço é concebida a partir das relações e fatores sociais de indivíduos ou grupo, que desempenham um papel determinante na reprodução da sociedade em todos os níveis espaciais.

Smith (1988) aponta a necessidade constante de se buscar o significado de espaço, visto que sua compreensão ainda é insatisfatória, em virtude dos múltiplos conceitos, que muitas vezes apresentam contrariedades em sua composição. Como é o caso dos conceitos de espaço como receptáculo, como campo ou simples vácuo. O autor ainda enfatiza a necessidade de diferenciar o conceito de espaço dos demais significados conferidos, além da intensificação dos estudos sobre as concepções de espaço relativo e absoluto.

Segundo Corrêa (1982), “o espaço geográfico consiste na morada do homem que compreende a superfície da Terra”. Em meio aos estudos o autor acaba por se debruçar sobre algumas concepções como o espaço absoluto; espaço relativo e espaço relacional, visto que cada concepção apresenta um elemento intrigante em sua essência. Deste modo, podemos definir o espaço absoluto como o espaço concreto, o espaço relativo consiste na distância e o espaço relacional seria o objeto que só se materializa quando relacionado a outro.

No entanto, o autor esclarece que essas concepções não apresentam caráter excludente, ou seja, proporcionam os mais diversos valores de uso e troca. Lembrando ainda que o espaço social não pode ser dissociado do tempo e muito menos de outros fatores, como os meios de produção e a ação do estado que anseiam permanentemente a acumulação do capital a partir da reprodução da força de trabalho.

Nesse contexto, ainda devemos considerar os elementos do espaço. Santos (1985, p. 06) enfatiza que “os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas”. Essa enumeração tem por finalidade evidenciar que de alguma forma os elementos podem ser intercambiáveis e redutíveis, ou seja, os elementos estão ligados entre si por um movimento contínuo de troca. Muitas vezes, essa situação acontece em virtude das interações constantes dos diversos elementos que, consequentemente, configuram a totalidade social do espaço.

Diante de tais concepções, é preciso salientar a complexidade e funcionalidade da natureza do espaço, somada as tendências e mudanças históricas produzidas pela sociedade que, consequentemente, provocam sua dinamicidade nos mais diferentes níveis escalares. Então, fica muito evidente a dificuldade de se construir uma definição concreta de espaço,

uma vez que essa categoria geográfica se encontra em constante movimento e construção, expressando as mais diferentes temporalidades.

No entanto, a materialização do espaço geográfico acontece através dos processos históricos que registram ao longo do tempo as mudanças e permanências que aconteceram e acontecem na sociedade e natureza. Nas palavras de Harvey (2005) "o espaço é multidimensional produzido historicamente por cada sociedade. Sendo assim, o espaço pode ser construído através das relações sociais e processos históricos". Contudo, Santos (1985) ainda nos assevera que:

> [...] o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade [...] O espaço impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura os elementos fundamentais para nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p. 49).

Deste modo, acreditamos que o processo de construção e reprodução do espaço acontece em diferentes sociedades e territórios ao longo da história. Assim, o espaço e o território estão intimamente ligados um ao outro, pois à medida que o espaço é ocupado, consequentemente são estabelecidas as relações sociais e de poder que dão origem ao território.

De acordo com Ratzel (1898/1974), "o território é espaço concreto. É o solo de uma nação e ocupado por um grupo organizado e formado por sua identidade cultural". Desta forma, o território tem como base o solo, pois uma vez ocupado torna-se o principal responsável pela manutenção do poder do Estado e pela permanência da identidade cultural dos grupos organizados que ocupam o solo.

Raffestin (1993) em seus estudos confronta os conceitos de espaço e território, mostrando que ambos apresentam valores diferenciados, sendo que o espaço antecede o território, assim o território se forma a partir do espaço, conduzido pela ação do homem voltada em estabelecer as relações de poder.

Na visão de Costa (2004) é possível agrupar o conceito de território em três vertentes básicas: a política que estabelece às relações espaço-poder, a cultura que faz referência ao valor simbólico e a identidade dos povos e, por fim a econômica responsável pela fonte de recursos. Com isso, o autor nos aponta a complexidade da categoria e suas possibilidades de análise.

Sack (1986) evidência ainda que o território possa ser classificado por área, controle (o poder) e comunicação (que determina as fronteiras) facetas necessárias para formação do território. Essa classificação consiste em subentender o território a partir do espaço territorial, as suas relações de poder e o valor simbólico presentes em determinado área.

Dentro desse contexto, ainda surge à necessidade de se entender como acontece à ação realizada pelo homem na produção do espaço, além de toda uma conjuntura relacionada ao território e a paisagem. Sobre isso, Saquet (2007) afirma que:

> Nesse sentido, é possível ver o território e representá-lo através de imagens que podem ser compreendidas como paisagens [...] É uma forma de se trabalhar, na geografia, a interação Terra-território, através da representação e do estudo da vida cotidiana, a qual é possível apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global (SAQUET, 2007, p. 81).

Espaço e território devem ser entendidos através de sua relação recíproca com a sociedade e os diferentes meios de produção, estabelecidos em variados níveis de escala ao longo do tempo. Sack (1986) explica que o território é uma forma de comandar pessoas e recursos a partir do controle sob determinado espaço, tendo uma escala variável que pode partir desde a escala local até uma global. Nesta concepção, podemos compreender como as relações de poder se estabelecem no território, bem como o processo de apropriação e controle territorial em diferentes escalas de poder.

Do mesmo modo, Andrade (1994) também acredita que o território é uma forma de poder, capacidade de domínio ou administração de uma determinada área. A conceituação de território é demasiadamente importante, visto que muitas vezes o seu conceito é confundido ou associado às demais categorias geográficas.

Seguindo o mesmo pensamento, Neves (1994), afirma que os territórios podem ser entendidos como espaços de ação e de poder (poder entendido como a capacidade de decidir sobre determinada área), em que o exercício do poder se faz pelo conteúdo do espaço (transformando em território). Sendo assim, entendemos que o território é a delimitação de fronteiras, por e a partir das relações de poder que se estabelecem num determinado espaço.

A delimitação de fronteiras consiste na demarcação de determinados espaços, podendo ser de forma concreta ou imaginaria (simbólica). Do mesmo modo, para Roncayolo (1986), a formação do território depende de um espaço concreto, das formas utilizadas para estabelecer o poder e de um limite ou fronteira.

Os limites e as fronteiras são considerados como responsáveis pela formação do território, independente da existência concreta ou simbólica do limite territorial. Segundo Raffestin (1993), o limite é uma categoria universal, constituída por um conjunto, cuja fronteira é um subconjunto. Nesta perspectiva, o autor, enfatiza que diferentemente do limite à fronteira se configura numa categoria particular, visto que os Estados-Nações adotaram-na como um sinal, no sentido pleno e próprio do termo. Assim, a fronteira ainda pode ser manipulada servindo de ferramenta para propagação de uma ideologia.

A partir disso, Ribeiro nos diz que "a fronteira, no caso será a diferença entre os que pertencem e os não pertencem a determinado território, entre nós e os outros, entre os incluídos e os excluídos da rede" (RIBEIRO, 2002, p. 25). Deste modo, a fronteira é utilizada para determinar o limite ou poder territorial, bem como diferenciar os que pertencem ao território (estão dentro) daqueles que não pertencem (estão fora).

É imprescindível, ressaltar que "o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido" (COSTA, 2007, p. 78). Então, o território é definido como algo decorrente dos fenômenos sociais como as relações e interações entre diferentes pessoas, lugares, ideologias e culturas. Além disso, sua essência está repleta de desigualdades, que quando combinadas configuram a uma construção social composta pelas diferentes características naturais de cada lugar.

Referente à territorialidade podemos entendê-la como uma estratégia de controle do poder que, consequentemente implica na manutenção do território. Nessa concepção Ribeiro (2002) explica que:

> A territorialidade não pode existir a não ser que exista uma tentativa individual, ou de grupo, no sentido de afetar a interação dos outros. A territorialidade, por definição, como uma afirmação de controle, é um ato consciente. Portanto, a formação de territórios parte de iniciativas individuais ou de grupos, com o objetivo de restringir o acesso de pessoas e coisas pelo controle de área (RIBEIRO, 2002, p. 28).

Sendo assim, a territorialidade pode ser entendida como tática geográfica de poder eficaz para comandar recursos ou pessoas em determinado espaço. De acordo com Sack (1986) a territorialidade humana não pode ser considerada uma tendência natural, muito menos um poder agressivo, mas a primeira demonstração geográfica de poder. Com isso, compreendemos que a territorialidade é uma estratégia mais do que necessária para efetivação de um território, independente do contexto geográfico, no qual esteja inserido.

Para Raffestin (1993) a territorialidade consiste num conjunto de relações que tem origem através do sistema tridimensional composto por sociedade, espaço e tempo, visto que almejam atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Podemos dizer que a territorialidade é uma tática dinâmica que depende da ação conjunta desses elementos ou fatores tridimensionais para se efetivar no controle e na manutenção do poder numa determinada área.

Dematteis (2008) aponta a existência de duas formas de territorialidade: a passiva e a ativa. A primeira refere-se a uma tática de comando pautada na subordinação e obediência, que visa à exclusão dos sujeitos e recursos através de um sistema normativo. A segunda consiste numa estratégia autônoma de lutas coletivas territoriais, objetivando a inclusão social a partir da construção de táticas resistentes as determinações de comando ou poder. Neste caso, as territorialidades distinguidas pelo autor são definidas uma como negativa e outra positiva, quando levamos em consideração as questões sociais que compõem de forma significativa essas estratégias de poder seja na categoria de sujeito ou recurso. Souza (2007) enfatiza a importância da autonomia na formação do território da seguinte forma:

> Vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante dos nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças [...] Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) podem formar e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal variável de séculos a décadas, meses ou dias), ser antes instável que estáveis, ter existência regular, mas periódica, ou seja, por alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 2007, p. 86).

Evidentemente, a maioria das estratégias de poder foi construída apenas para atender e suprir os interesses políticos. No entanto, é preciso salientar que esses interesses podem ser bastante diversificados, envolvendo muitos conflitos ou disputas territoriais, a fim de dominar e estabelecer poder sob o espaço.

A territorialidade pode ser conceituada como uma estratégia dinâmica flexível de controle, configurada por componentes ou questões políticas, sociais e econômicas. Sobre o uso da territorialidade cabe destacar que “depende de quem está influenciado e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo” (COSTA, 2007, p. 86).

Do mesmo modo, Raffestin (1993) adverte que considerar a territorialidade apenas como uma estratégia de controle do espaço pode fazer renascer um determinismo, o que não

seria interessante. Tendo em vista que a territorialidade apresenta uma relação diferenciada composta por muitos autores, que acabam provocando a sua dinamicidade e reflexibilidade, além de deixá-la suscetível aos mais diversos sujeitos ou recursos.

Para Sack (1986) a territorialidade deve ser classificada por área, comunicação entre os indivíduos e controle sobre determinada área. Essa classificação facilita o entendimento sobre a construção dessas estratégias como organiza o poder e o limite de atuação de determinado grupo numa área.

Esses grupos organizados têm como característica principal a grande diversidade interesses, dentre a qual podemos destacar os políticos, os econômicos, os sociais, os culturais e os religiosos. Sendo assim, cada grupo se apropria do espaço de forma diferenciada como é o caso da exploração sexual comercial infanto-juvenil, na cidade de Cajazeiras, que se estabelece de forma dinâmica e complexa em virtude da ação dos diferentes sujeitos ou recursos na construção dos espaços, dos territórios e de suas territorialidades.

É interessante ressaltarmos que o objeto de estudo desta pesquisa não é o espaço em si, mas os espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil existente na zona urbana da cidade Cajazeiras no Estado da Paraíba, considerando a caracterização e análise das características da reprodução espacial desse fenômeno.

A situação de exploração sexual comercial de menores acontece, na maioria das vezes, pela vulnerabilidade social e econômica das famílias, mas também destacamos a espacial, que pode ser determinante, na inserção dos sujeitos centrais desta pesquisa no mercado do sexo, visto que em muitos casos a criança ou adolescente reside em espacialidades vulneráveis do ponto de vista social, apresentando um espaço de estrutura física, econômica e social, bastante deteriorado e fragmentado, fruto de uma reprodução desigual da distribuição da riqueza gerada com as relações sociais e trabalho do mundo capitalista de produção.

Contudo, as categorias e conceitos contribuem, efetivamente, na caracterização dos espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil, que pode ser entendida, como um estudo de grande relevância, para o avanço e aperfeiçoamento de estudos geográficos que tratam dessa temática. Além disso, apresenta um papel, importante como meio de informação, e alerta para a sociedade, sobre a atual organização e dinâmica desse fenômeno em espaços urbanos de pequenas, médias e grandes cidades.

3 – ESTRATÉGIAS GEOGRÁFICAS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL NA ZONA URBANA DE CAJAZEIRAS- PB

A organização e a dinâmica do espaço urbano têm apresentado muitas contradições em sua produção e configuração espacial, sobretudo, em virtude da relação conflituosa e fragilizada entre as questões sociais, os processos e as formas espaciais urbanas.

Para entendermos o espaço de exploração sexual comercial infanto-juvenil e suas estratégias geográficas de instalação e manutenção, torna-se necessário, primeiramente, compreender como acontece à dinâmica que constitui o espaço urbano.

Inicialmente, destacamos sobre o espaço urbano, que Carlos (2007) o entende que "[como] (...) um sentido profundo, pois revela condição, meio e produto da ação humana-pelo uso - ao longo do tempo" (CARLOS, 2007, p. 11). Então, o espaço urbano pode ser considerado, como um reflexo da história do homem na cidade, assim como também, das suas práticas sócio-espaciais.

A exploração sexual comercial infanto-juvenil se configura como um fenômeno complexo e heterogêneo, decorrente da exploração econômica ilegal do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes, muitas vezes inclusos em contextos cercados por desigualdades e vulnerabilidades socioeconômicas. Sendo assim, é preciso salientar que perante a legislação brasileira, qualquer tipo de comercialização sexual de crianças e adolescentes é crime. É, portanto, uma prática ilegal e criminosa.

Para Saffioti (1989) o conceito de prostituição infanto-juvenil se encontra fundamentado em duas vertentes distintas como a exploração econômica e a obtenção de satisfação sexual (prazer), podendo causar algum tipo de prejuízo psicológico ao sujeito em situação de exploração. Muitas crianças e adolescentes são induzidas a prostituição por familiares ou pessoas próximas, sobretudo em virtude da pouca maturidade e consciência sobre o corpo.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA- Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990) considera criança, toda pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Não há precisão no número total de crianças e adolescentes exploradas sexualmente no Brasil, mas o relatório realizado pelo Relator Especial da ONU sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil acredita que ficam entre 100.000 a 500.000 mil casos. São números espantosos. Tendo em vista essa realidade, no ano de 1993 foi instaurada

na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o fenômeno da prostituição infanto-juvenil em todo o país.

No relatório final da (CPI) a prostituição infanto-juvenil foi apontada como um crime, no qual crianças e adolescentes são usados em práticas sexuais remuneradas, seja ela em dinheiro ou favores, tendo ainda os seus principais direitos violados em virtude de uma contribuição direta ou indireta de seus pais, parentes e exploradores em sua inserção no mercado do sexo.

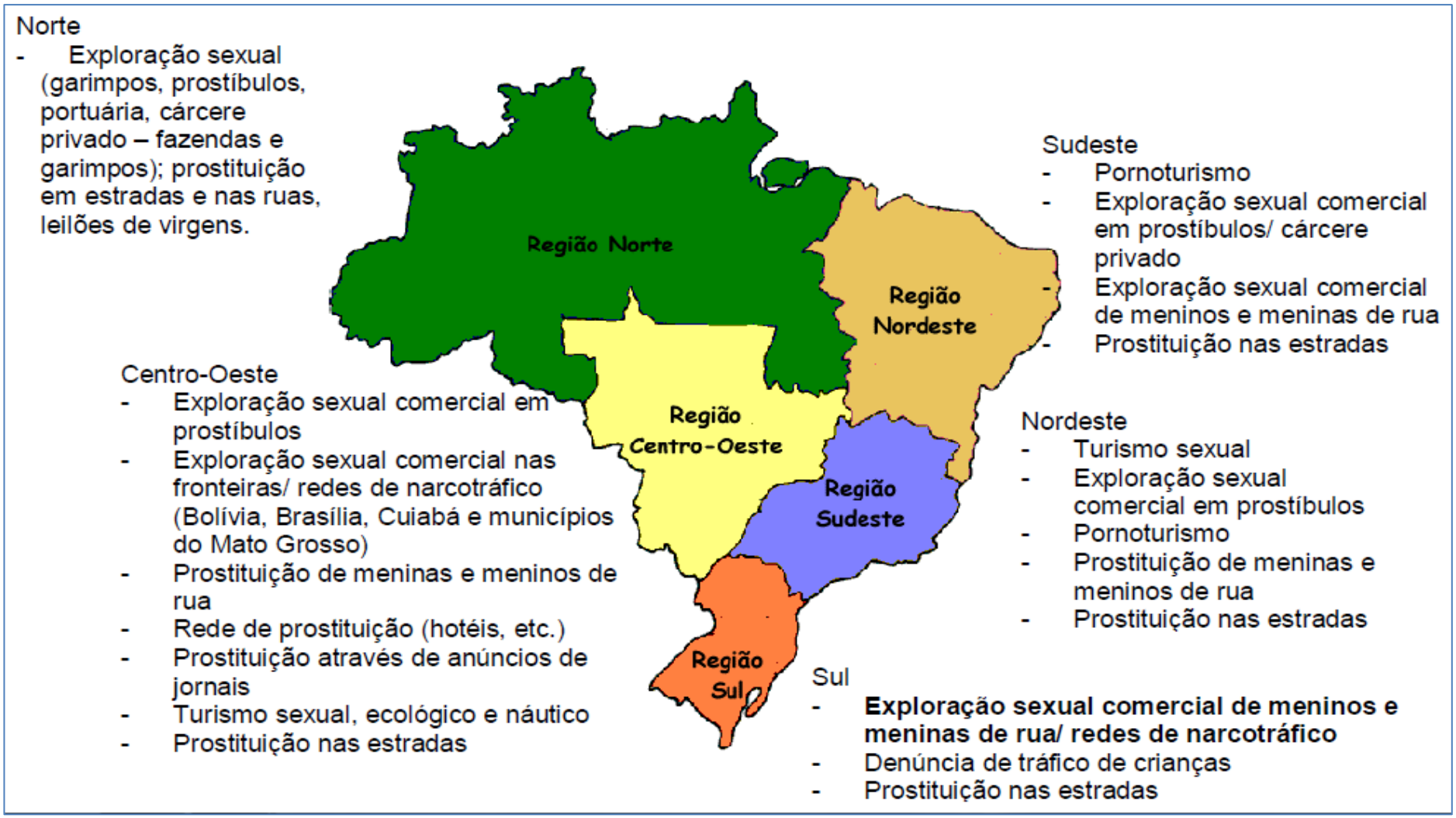
A Comissão Parlamentar de Inquérito ainda passou a entender a prostituição infanto-juvenil como uma exploração sexual comercial infanto-juvenil, visto que a criança e o adolescente são induzidos ou obrigados a participar do fenômeno. Sendo assim, devemos apontar que o fenômeno apresenta características e outras particularidades que o diferenciam das demais atividades comerciais sexuais praticadas por adultos.

No entanto, essa conceituação elaborada pela CPI de 1993 é alvo frequente de discussões e questionamentos, tendo pesquisadores que concordam e outros que discordam sobre tal perspectiva apontada pelos Deputados. Em virtude dessa dificuldade conceitual, Faleiros e Campos (2000) ressaltam que apesar de adotarem o termo exploração sexual comercial é necessário destacar, que o mesmo apresenta alguns limites quantitativos e qualitativos que devem ser investigados de forma mais aprofunda.

Este conceito de exploração sexual comercial infanto-juvenil encontra-se fundamentado na legislação de proteção integral à criança e ao adolescente (ECA). Assim, abrange desde a exploração sexual comercial infanto-juvenil até o turismo sexual, a pornografia, a pedofilia, o tráfico sexual comercial de crianças e adolescentes para diversos fins. Desta forma, todas essas práticas criminosas acabam sendo consideradas pela legislação brasileira como formas ou tipos de exploração sexual comercial.

As formas de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil consistem de uma dinâmica bastante diversificada, podendo apresentar características especificas dentro de uma mesma região, além de diferenças de uma região para outra, como assim podemos observar na FIGURA 01- A distribuição regional da exploração sexual comercial infanto-juvenil no Brasil:

FIGURA 01 - A Distribuição Regional da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil no Brasil



Elaborado por: LEAL, Maria Lúcia Pinto. A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (RelatórioFinal – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

É possível observar na figura acima, cada tipo da exploração sexual comercial infanto-juvenil que se manifesta de forma diferente sobre as mais diversas regiões do Brasil. Tal situação se configura em razão de cada uma delas apresentar características específicas que foram construídas de acordo com a realidade socioeconômica e cultural de cada área.

Seguindo esta perspectiva, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) procurou investigar a espacialidade do fenômeno nas rodovias federais de todo o Brasil. Desta forma, foi realizado o 5° mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras no ano de 2011 a 2012.

Nesse mapeamento foram identificados 1.776 pontos de exploração sexual em todo o país. No Estado da Paraíba foram identificados nas rodovias federais 30 pontos críticos, 13 de alto risco, 12 de risco médio e 7 de baixo risco totalizando um total de 62 pontos. Sendo assim, dos 1.776 pontos identificados nas rodovias federais de todo o país 62 se encontra presentes no Estado da Paraíba, como pode ser visto na TABELA 1 – Distribuição de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras por Unidade Federativa:

TABELA 01 – Distribuição de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras por Unidade Federativa

MAPEAMENTO 2011-2012						TOTAL 2009-2010	Variação (%) 2009-2010 2011-2012
UF	Crítico	Alto risco	Médio risco	Baixo risco	TOTAL DE PONTOS		
MG	57	67	68	60	252	133	89,47%
PA	87	37	20	64	208	69	201,45%
GO	37	68	42	21	168	117	43,59%
SC	35	34	30	14	113	77	46,75%
MT	89	23	0	0	112	45	148,89%
PR	43	30	26	12	111	168	-33,93%
MS	26	33	18	18	95	109	-12,84%
RS	31	31	23	7	92	154	-40,26%
RN	13	25	33	8	79	110	-28,18%
BA	50	21	5	1	77	148	-47,97%
PB	30	13	12	7	62	29	113,79%
PI	34	9	7	0	50	47	6,38%
RJ	6	9	17	16	48	98	-51,02%
TO	22	10	7	6	45	52	-13,46%
ES	13	12	5	4	34	48	-29,17%
CE	22	10	0	1	33	44	-25,00%
RO/AC	8	8	11	3	30	68	-55,88%
RR	10	10	4	1	25	25	0,00%
SP	12	7	4	1	24	92	-73,91%
DF	13	8	2	0	23	10	130,00%
AM	5	5	5	5	20	4	400,00%
MA	18	1	1	0	20	30	-33,33%
PE	13	3	2	2	20	87	-77,01%
AL	12	3	2	2	19	32	-40,63%
SE	3	3	3	2	11	18	-38,89%
AP	2	0	2	1	5	6	-16,67%
TOTAL POR NÍVEL	691	480	349	256	1.776	1.820	
(%) em relação ao total de pontos	38,9%	27,0%	19,7%	14,4%	100%	100%	-2,42%

Elaborado por: 5º Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras. Elaborado: Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, 2011-2012.

Como os dados podem mostrar, houve uma queda significativa nos índices referentes aos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças adolescentes em Rodovias Federais Brasileiras por unidade federativa. Enquanto, no Estado da Paraíba a realidade se mostra contraria, tendo um aumento nos índices subindo de 29 pontos vulneráveis à exploração sexual no ano de (2009-2010) para 62 pontos no ano de (2011-2012).

Esse aumento nos índices de exploração sexual no Estado da Paraíba pode ter se configurado em razão do aumento de pontos de exploração registrado as margens das rodoviárias federais BR-104, BR-101, BR-412 e BR-230, dentro os quais se pode apontar o frequente aumento relativamente alto da exploração sexual comercial, principalmente em áreas urbanas, bares, postos de combustíveis, áreas rurais, motéis, boates e outros.

Diante dessa atual composição da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, mostra-se fundamental considerarmos as especificidades temporais e espaciais do fenômeno, tendo em vista compreender sua reprodução sobre o espaço geográfico de Cajazeiras-PB. A escolha dessa escala tem como objetivo conhecer a dinâmica organizacional do fenômeno, bem como contribuir socialmente e politicamente como órgãos institucionais e não governamentais que combatem esse tipo de exploração.

Devemos destacar que a exploração sexual comercial infanto-juvenil também é muito conhecida como ESCCA (exploração sexual comercial de crianças e adolescentes), sendo composta por diversos aspectos sociais, políticos e econômicos. Sendo assim, o fenômeno apresenta em sua essência uma heterogeneidade e complexidade que dificulta de maneira expressiva a realização de ações que previnam e combatam a sua reprodução no espaço geográfico. Conforme Libório (2003):

> A complexidade do fenômeno, cuja manifestação não é muitas vezes explícita e realizada publicamente, e sua interface com atividades fora da legalidade dificultam seu dimensionamento na realidade brasileira. Independentemente da dimensão real do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, este é um problema multifacetado, de raízes complexas e que necessita receber a atenção e envolver o comprometimento de setores governamentais e organismos não-governamentais, em conjunto com pesquisadores e entidades voltadas para a defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, visando sua prevenção e enfrentamento, de forma que essa problemática passe a se constituir como elemento central na agenda pública nacional e nas várias regiões do país (LIBÓRIO, 2003. p.18).

É possível identificar que apesar da evolução no desenvolvimento das políticas públicas e na conscientização da sociedade civil no que se refere à problemática, ainda existe a necessidade de uma discussão maior e constante sobre mecanismos de enfrentamento contra

a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em todo país. Assim, a análise geográfica desse estudo se encontra fundamentada a partir da utilização do termo “exploração sexual comercial” criado pela CPI da Prostituição infanto-juvenil no ano 1993.

Segundo Ribeiro e Dias (2009) “a exploração sexual comercial infanto-juvenil pode ser definida como um tipo de agressão ou trabalho forçado, muitas vezes até considerado como uma forma camuflada de escravidão”.

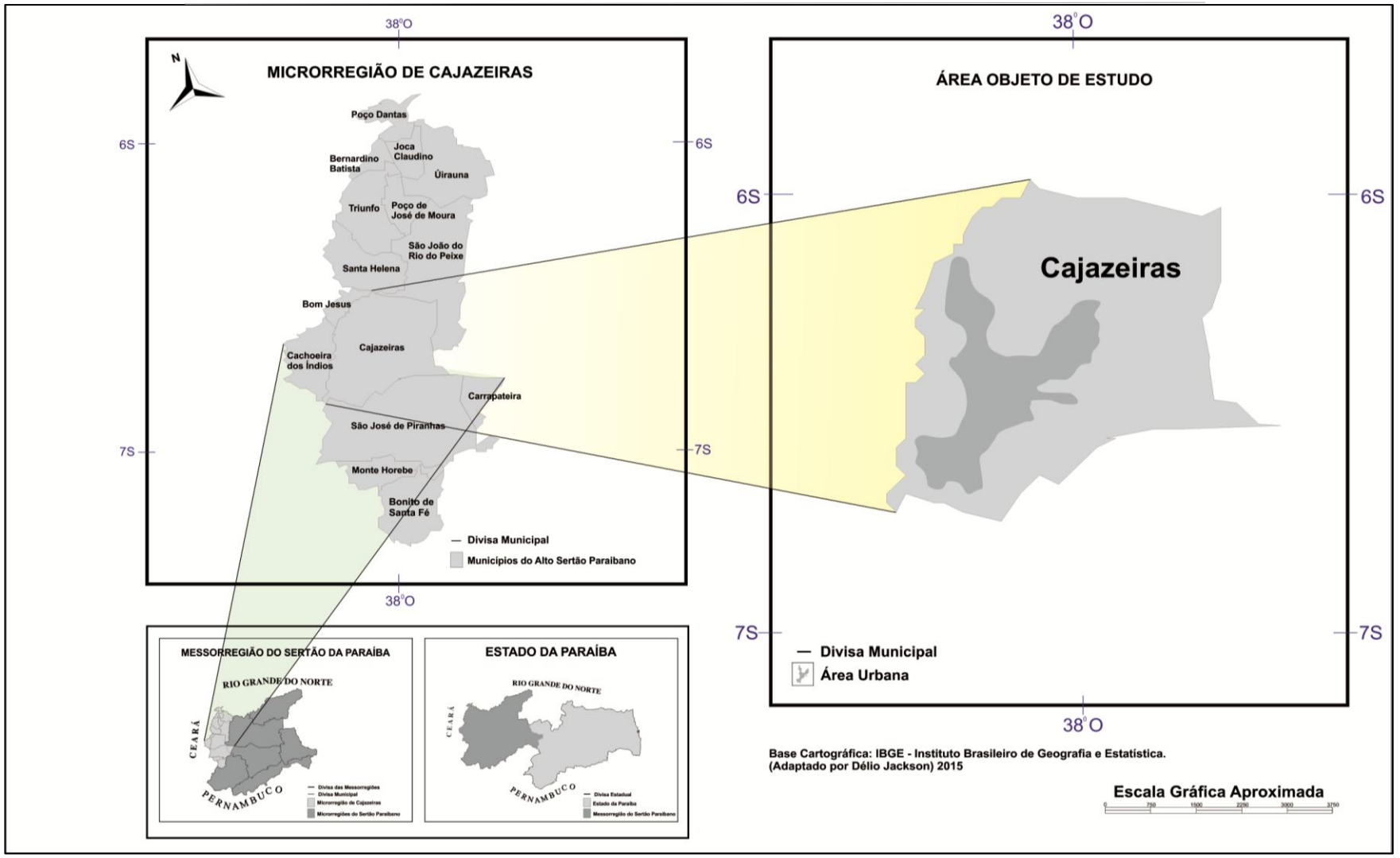
Deste modo, essa terminologia possibilita a compreensão do fenômeno a partir das características da reprodução espacial da exploração sexual comercial infanto-juvenil dos gêneros masculino e feminino na cidade Cajazeiras- PB.

Diante desse contexto, ainda surge à necessidade de uma reflexão sobre a visibilidade e invisibilidade do fenômeno e seus sujeitos no espaço geográfico, objetivando entender a dinâmica organizacional dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Uma vez que, este fenômeno encontra-se alicerçado nas mais diversas estratégias e táticas de instalação e manutenção dessa prática ilegal e informal no espaço, bem como, as imbricações das relações de poder. Essas estratégias são responsáveis pela invisibilidade da exploração sexual comercial infanto-juvenil e quando necessário a sua visibilidade perante a sociedade civil organizada e o Estado.

Para entendermos melhor essa invisibilidade e visibilidade da exploração sexual comercial infanto-juvenil sobre o espaço geográfico, mostra-se necessário primeiramente delimitarmos a área de estudo da pesquisa. Desta forma, a área aqui investigada corresponde especificamente à zona urbana da cidade de Cajazeiras, localizada no sertão do Estado da Paraíba, como podemos observar na FIGURA 02:

FIGURA 02 – Área Objeto de Estudo



Elaborado por: Délio Jackson/2015

Nessa perspectiva, devemos destacar ainda que as estratégias podem ser classificadas em duas vertentes: as estratégias de invisibilidade como aquelas que camuflam os sujeitos e recursos envolvidos na configuração do fenômeno e as estratégias de visibilidade como formas de melhorar a visibilidade do fenômeno perante o seu público-alvo através de uma divulgação controlada e cautelosa de suas informações. Sobre a invisibilidade do fenômeno, Nabozny (2013) nos diz que:

> Dois elementos constituem a invisibilidade do fenômeno em tela. Eles são simultaneamente opostos e complementares, as redes de interdependências da exploração sexual comercial infanto-juvenil (em suas mais variadas configurações) e o Estado (agente garantidor do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que concebe como "sujeito de direitos" todas as crianças, como já discutidos no segundo capítulo) (NABOZNY, 2013. p. 132).

As redes de interdependências podem ser consideradas como um acordo de silêncio, firmado por pessoas que anseiam os mesmos interesses. Na maioria das vezes, essa realidade se configura em razão dos sujeitos (crianças, adolescentes, adultos e família) perpetuarem de forma conjunta o silêncio do fenômeno.

O silêncio mostra-se uma estratégia indispensável na instalação e manutenção da exploração sexual comercial infanto-juvenil, bem como na invisibilidade dessa prática criminosa perante a sociedade. Nas redes de interdependências ainda prevalece às relações de poder, no qual exploradores estabelecem domínio sobre os explorados causando uma situação de submissão, muitas vezes, compostas por conflitos e competições pelo poder. Legitimam e definem suas territorialidades. Sobre essa perspectiva, Foucault (2006) assevera que:

> Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. O discurso veicula e produz poder, reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarita ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 2006. p. 111-112).

As relações que se estabelecem nessas redes de interdependências estão imbricadas no silêncio e no poder, visto que ambos apresentam funções decisivas para instalação e manutenção do fenômeno, em virtude da sua grande diversidade de elementos até mesmo contraditórios usados nas negociações das regras para definição de estratégias.

O sigilo de crianças e adolescente pode ser apontado como um dos principais responsáveis pela invisibilidade das práticas sexuais comerciais, tendo em vista que a criança

e o adolescente se calam pelos mais diversos motivos, desde questões econômicas ou até mesmo por padrões morais impostos pela sociedade.

Segundo Nabonzny (2013) no caso especifico das adolescentes, muitas vezes mantém a invisibilidade do fenômeno em virtude de várias razões, quando inseridas na rede as adolescentes criam meios para seduzir na intenção de ganhar presentes, dinheiro, favores ou outros tipos de remuneração, tendo em vista que a condição de troca pelas práticas sexuais comerciais não estão bastante claras dentro da rede de interdependências.

Muitos adolescentes mantêm o sigilo sobre suas práticas sexuais comerciais, sobretudo em virtude de razões afetivas ou valores morais, visto que os mesmos acreditam que possam manter de forma conjunta relações sexuais ilegais e uma vida digna, pautada nos valores morais e cristãos impostos pela sociedade, tendo como finalidade estabelecer relações amorosas com jovens de sua idade, além de um casamento e a construção de família respeitável.

É necessário evidenciar que, muitas vezes o público infanto-juvenil consegue incorporar esses valores sociais à medida que entrelaça suas práticas sexuais comerciais com outras atividades cotidianas (escola, igreja, festas), a fim de construir vínculos efetivos com ambos. Esses valores sociais quando incorporados podem também colaborar de maneira considerável na construção de seus próprios valores ideológicos.

Sendo assim, as redes de interdependências da exploração sexual comercial infanto-juvenil sobrevivem graças à ação contínua desses adolescentes em desenvolver estratégias de invisibilidade que se ajustem ao contexto histórico-geográfico. Diante disso, Nabozny (2013) coloca que “elas trocaram os pontos fixos de bares e boates por fluxos de relações via telefone e mobilidade espacial, gerenciando códigos corporais que lhes possibilita a troca comercial de práticas sexuais e o drible às ações do Estado” (NABOZNY, 2013, p. 140-141).

Por outro lado, as estratégias de invisibilidade também podem ser viabilizadas pelo Estado. No entanto, só discutiremos com maior ênfase o referente assunto no próximo capítulo desse estudo. Contudo, as estratégias geográficas de instalação e manutenção da prática sexual comercial infanto-juvenil podem ser as mais variadas, abrangendo desde as estratégias de invisibilidade como as de visibilidade do fenômeno.

Sendo assim, podemos concluir ainda que todas essas estratégias são responsáveis pela espacialidade do fenômeno e, por isso devemos analisar os corpos e elementos/fatores que compõem o espaço de forma conjunta, a fim de compreender a sua reprodução no espaço geográfico. No entanto, devemos refletir sobre uma questão o fenômeno só obtém visibilidade, a partir do momento em que contribuímos de alguma forma para sua existência.

3.1 – As revelações sobre a dinâmica da exploração sexual comercial infanto-juvenil: entre prostituição de rua/fechada e exploradores sexuais

O espaço urbano apresenta grande dinamicidade, sendo composto por múltiplas características que o fragmentam de forma contínua. A fragmentação, por sua vez, apresenta um caráter articulador entre áreas já existentes com as demais áreas em formação. Todas essas áreas podem ser usadas das mais diferentes formas, tendo seus aspectos sociais distintos e que são reflexo de sua complexidade e dinamicidade. A fragmentação que se trata aqui pode ser lida e interpretada por diferentes olhares.

É preciso destacar que "todavia, este dinamismo não se repete em todos os lugares, seja no tempo, seja no espaço" (RIBEIRO, 2002, p. 114). Deste modo, a cidade apresenta diferentes partes com específicas funções, constituindo assim um arranjo espacial de caráter social que pode se construir e desconstruir constantemente através do tempo-espaço.

O espaço urbano, entretanto, também é um cenário de conflitos sociais, visto que a diversidade de povos e culturas que se estabelecem nessa área, apresentam interesses e objetivos diferentes. Assim, o contexto espacial urbano encontra-se repleto de conflitos, uma vez que cada grupo anseia impor seus costumes e interesses. Essa realidade conflituosa pode ainda contribuir na formação de novos grupos, como é caso dos grupos marginais que realizam atividades denominadas de ilícitas.

Neste contexto, a exploração sexual comercial infanto-juvenil inscreve-se como uma atividade ilícita que se instala de forma complexa no espaço urbano. A exploração sexual comercial infanto-juvenil muitas vezes está associada às questões políticas, sociais, religiosas e étnicas que, por sua vez, causam um crescente abandono de crianças e adolescentes, além de grande instabilidade na dinâmica espacial.

Desse modo, as crianças e adolescentes acabam por buscar as mais diferentes maneiras de sobreviver. Sendo assim, a rua surge como algo atraente e vantajoso, no qual, menores de idade podem realizar atividades remuneradas das mais diversificadas, incluído a exploração sexual comercial de seus corpos.

Na maioria dos casos as crianças e adolescentes não tem consciência do seu corpo e sexualidade. Sobre isso Medeiros et.al., (2001) nos informam que:

> Nesse sentido, o grupo de crianças e adolescentes que está nas ruas, cujo vínculo com a família e a escola já não existem ou estão frágeis, não conta com o apoio necessário para um desenvolvimento saudável e, com isso, descobre a sexualidade a partir da referência de colegas que estão nas ruas há

> mais tempo, assim como de experiências impostas por outros adolescentes ou adultos. (MEDEIROS et. al., 2001. p. 37).

Diante de tal realidade, as crianças e adolescentes acabam por esquecer ou subestimar as suas várias situações de riscos existentes nas ruas. Sendo assim, devemos buscar entender como a dinâmica desse fenômeno acontece no contexto espacial urbano, visto que o mesmo apresenta diferenças como a prostituição de rua e fechada, além de especificidades, no que se refere a movimentos corporais, vestimenta, poder aquisitivo dentre outros.

Segundo Matos e Ribeiro (1995) "a prostituição acontece em vários bairros da cidade, no qual os ambientes fechados são caracterizados como bares, boates, casas de massagem, além de outras opções de lazer". Enquanto, os ambientes abertos seriam aqueles locais de passagem, praças, rodovias, ruas dentre outros espaços públicos que muitas vezes se constituem como verdadeiros territórios, tanto nas cidades brasileiras como também em outras cidades do mundo.

Sendo assim, a prostituição em ambientes fechados apresenta mecanismos para se tornar invisível, tendo como exceção é claro o seu público alvo (clientes). Já nos ambientes públicos (de rua), a situação é oposta, visto que essa forma de prostituição procura deixar evidente o seu local e participante a partir de roupas, postura e locais tidos como de prostituição, tudo para que seu cliente identifique a atividade de imediato.

A prostituição de rua ainda se estabelece, em áreas compostas por especificidades, que por sua vez, acabam por materializar e consolidar o fenômeno dentro de seu contexto. Além disso, suas fronteiras são demarcadas de forma invisível, ou seja, de maneira simbólica através da legitimidade da posse sobre determinado espaço ocupado.

Sobre a prostituição fechada é preciso destacar que os recintos fechados são usados de forma efetiva e invisível para o funcionamento de seus serviços informais (práticas sexuais), tendo ainda suas propagandas divulgadas em vários veículos de comunicação como classificados de anúncios de jornais. "Convém mencionar que tanto a prostituição de rua como a "fechada" (saunas e "casas de massagem"), no momento atual já são oferecidas, também, através da internet, em *homepages* especializadas na oferta de tais serviços" (RIBEIRO, 2002, p. 127).

Deste modo, podemos compreender que ambas as formas de prostituição encontra-se muito bem organizadas, muitas vezes usando da tecnologia para realizarem suas atividades com maior êxito, a fim de suprir a demanda de serviços e expectativas exigidas pelo mercado do sexo.

No caso específico da prostituição fechada, o uso da tecnologia acontece com maior ênfase em virtude da aproximação entre cliente e prostituta que acontece através desses meios, a fim de manter a sua invisibilidade em algumas situações. Assim, o jornal, a *internet* e a telefonia móvel inscrevem-se como as principais formas de divulgação do fenômeno, tendo páginas e sistemas especializados em ofertar tais serviços para sociedade.

No que diz respeito a prostituição de forma geral, existem diferenças entre a dinâmica do fenômeno no decorrer o dia e da noite. Sobre essa perspectiva, acrescentamos que durante o dia, as ruas consistem no vai e vem de meios de transportes terrestre que ligam de um lugar a outro, geralmente, nos fluxos de pessoas que se deslocam para realizarem suas atividades. No entanto, esta dinâmica se modifica durante a noite quando as ruas passam a se transformar num palco de corpos, compostos de pessoas com poucas vestimentas e postura sensual.

Desta forma, é visível que o processo da prostituição é dinâmico, pois se transforma e se fragmenta constantemente, tendo a noite como sua aliada e também inimiga, visto que os espaços da prostituição nos horários noturnos são bastante hostis e violentos, assim tornam-se segregados pela sociedade.

No entanto, devemos evidenciar que a dinâmica da exploração sexual comercial infanto-juvenil: entre prostituição de rua/fechada acontece de forma semelhante à prostituição adulta e não de forma idêntica, ou seja, apresentam em sua gênese algumas diferenças, visto que as crianças e adolescente "elas são prostituídas e não prostitutas" (NABOZNY, 2013, p. 30). Sendo assim, as crianças e adolescentes podem ser consideradas como vítimas e não nunca como autores responsáveis por essa instalação e manutenção do fenômeno sobre o espaço geográfico.

Na verdade a responsabilidade pela configuração da exploração sexual comercial infanto-juvenil no espaço cabe aos exploradores sexuais. De acordo com Alberto et. al., (2009), os exploradores são compostos tanto por aqueles que mantém relações sexuais com menores de idade, os "clientes" como por aqueles que intermedeiam a exploração. Os clientes são das mais diversas classes sociais, tendo uma expressiva clientela advinda de categorias como autoridades e políticos. Referente aos que lucram, podem-se apontados os agenciadores, familiares, pessoas próximas (amigos) e os traficantes.

A exploração sexual comercial infanto-juvenil, por sua vez, é desempenhada principalmente pelo homem adulto que muitas vezes reside próximo à criança ou adolescente prostituído, também podem surgir outras situações como é o caso das viagens que tenham tanto no destino nacional como internacional, visto que os mesmos se aproximam de crianças

e adolescentes através da *internet*, propaganda de conteúdo sexual, agências de viagem, empregados de hotel, dentre outros.

Apesar de o homem adulto ser o principal responsável pela exploração sexual comercial, não é o único. Ainda temos algumas mulheres que participam da exploração, intermediando ou agenciando crianças e adolescentes. Estas mulheres podem ocupar vários cargos, como: agentes de viagem; proprietários ou funcionários de bares e restaurantes; gerentes de casas noturnas e prostíbulos; casas de massagem; entre outros. Todos os exploradores, sejam do sexo masculino ou feminino, tem por objetivo satisfazer seus interesses sexuais e econômicos através da exploração e comercialização dessas crianças e adolescente.

Os exploradores têm como vítimas todos aqueles que apresentem algum tipo de potencial econômico para exploração sexual comercial. Nesta perspectiva, a mulher costuma ser a vítima preferencial, uma vez que o mercado sexo demonstra maior interesse em consumir esse tipo de objeto ou serviço.

As questões referentes ao gênero podem contribuir na preferência do explorador pela mulher, assim como também, as normas do mercado do sexo que valorizam mais as jovens de pouca idade, virgens ou que tenham o mínimo possível de experiência sexual, visto que tal preferência é mais rentável para o mercado, já que os homens adultos pagam valores mais altos por elas. Sobre quais os lugares, podem ser encontradas as vítimas preferenciais da exploração sexual comercial a OIT/IPEC (2015) nos aponta que:

> São buscadas nas ruas, locais públicos de muita afluência de crianças e adolescentes (escolas, áreas de lazer de shopping centers, discotecas, salas de jogos eletrônicos e outros locais de diversão de adolescentes; instituições de abrigo para aqueles que se encontram em situação de abandono familiar e comunitário, como albergues, entre outros). Estes locais são procurados pelos exploradores diretos, como os proxenetas ou aliciadores e intermediários que se aproximam das meninas, meninos e adolescentes com promessas de uma vida melhor. Desta forma, com drogas, dinheiro ou outros benefícios caem nas malhas do comércio sexual. Tanto para satisfazer diretamente os exploradores, como para colocar à disposição dos olhares adultos, seus corpos infantis (OIT/IPEC, 2015. p. 24).

Os exploradores também buscam nas ruas, as crianças e os adolescentes em situação de abandono familiar ou social, os que vivem em locais públicos sobrevivendo através de esmolas ou pequenos trabalhos. Ainda temos aqueles menores que se dispõem a trocar relações sexuais por dinheiro ou presentes, assim como também as crianças e os adolescentes vítimas de abuso sexual que facilmente podem ser intermediadas ou agenciadas para

exploração sexual comercial, tendo em vista que sua situação de vulnerabilidade, por acreditar que a pessoa adulta possam lhe ajudar.

Contudo, é visível que a dinâmica da exploração sexual comercial infanto-juvenil, entre prostituição de rua/fechada e exploradores sexuais, é bastante complexa, pois apresenta em sua gênese diversos elementos e estratégias para sua instalação e manutenção no espaço geográfico. Sendo assim, o fenômeno muitas vezes mostra-se semelhante à prostituição adulta, mas evidentemente devemos identificar e refletir sobre suas diferenças, tendo em vista não confundir a prostituição adulta com exploração sexual comercial infanto-juvenil ou muito menos generalizá-las como um único fenômeno.

3.2 – O espaço da exploração sexual comercial infanto-juvenil: sua caracterização

A área central de Cajazeiras é constituída por vários logradouros, representados pela Avenida Padre Rolim, Avenida Juvêncio Carneiro, Rua Padre Manuel Mariano, Rua Padre José Tomaz e imediações. Enquanto, a sua zona periférica tem como limites o bairro Casas Populares, bairro dos Tecedores, bairro São Francisco e o bairro Cristo Rei.

O núcleo central da cidade apresenta uma grande concentração de atividades comerciais, serviços e órgãos de gestão pública, que visam a atender as necessidades da população local, assim como também de cidades circunvizinha. Sendo assim, durante o dia todo, a área central recebe um forte fluxo de pessoas que, movimentam de forma dinâmica a economia local à medida que consumem os mais diversificados bens e serviços oferecidos pela cidade.

Sua área central é muito dinâmica, tendo uma grande circulação de dinheiro advinda de negócios ligados aos setores do comércio, educação e outras atividades existentes na cidade. Essa área central difere-se da realidade da periférica que consiste em uma área marcada pela vulnerabilidade econômica e social da maioria. Na área central e na zona periférica durante os dias uteis da semana, com destaque para o sábado - dia das feiras de rua - , o fluxo de pessoas se intensifica em decorrência, principalmente, dos trabalhadores do comércio e das pessoas que buscam produtos e serviços oferecidos.

Toda essa dinâmica acaba favorecendo a criação de ambientes propícios à instalação e à reprodução da exploração sexual comercial infanto-juvenil nos mais diversificados espaços, principalmente, em fins de semana e feriados durante o horário noturno. Assim, a área central de Cajazeiras é usada para os mais diversos fins ou atividades, tendo em sua gênese, várias

facetas que no dia-a-dia vão se transformando sobre o espaço geográfico, propiciando a criação de diferentes atividades, entre elas, a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Então, o espaço pode ser considerado como um meio para configuração e reprodução da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo. No entanto, é necessário ressaltar que esse fenômeno apresenta uma dinâmica espacial complexa que deve ser investigada de forma bastante criteriosa, levando sempre em consideração os sujeitos e os elementos que compõem as suas múltiplas dinâmicas espaciais.

Para não apenas caracterizar os espaços, mas para apresentar as múltiplas dinâmicas espaciais do espaço urbano segregado, espoliado, fragmentado, condicionado pela sociedade dividida, mas que bem articulada, devemos compreendê-lo pelo prisma do materialismo histórico e dialético.

Sendo assim, foram verificados que na zona urbana de Cajazeiras que os possíveis espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil se materializam em várias áreas da cidade como o Centro, bairro São Francisco, bairro Capoeiras, bairro Casas Populares, BR 230 e PB 393.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em espaços abertos, também conhecidos como o de rua, corresponde predominantemente como a principal forma de exploração sexual comercial existe na cidade, uma vez que ao longo da pesquisa não foi identificado nenhum espaço fechado de exploração sexual comercial de menores na cidade. Embora, acreditemos que provavelmente esse tipo de espaço exista e esteja devidamente mantido na sua condição de invisibilidade no espaço concreto.

Diante de tal situação, ainda foi possível constatar que a maioria dos espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil encontra-se camuflada na prostituição adulta, uma vez que o fenômeno utiliza dessa estratégia para se tornar invisível ou menos evidente possível, afastando e dificultando os olhares das autoridades e da sociedade civil organizada sobre sua dinâmica organizacional no espaço geográfico da cidade.

A caracterização deste estudo também adota o termo “possível espaço”, considerando a dificuldade de se confirmar os indícios de espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil. De acordo com as instituições públicas de defesa dos direitos da criança e do adolescente da cidade de Cajazeiras, só podemos confirmar a existência de um espaço de exploração sexual comercial de menores quando acontece a denúncia e, posteriormente, o flagrante do delito.

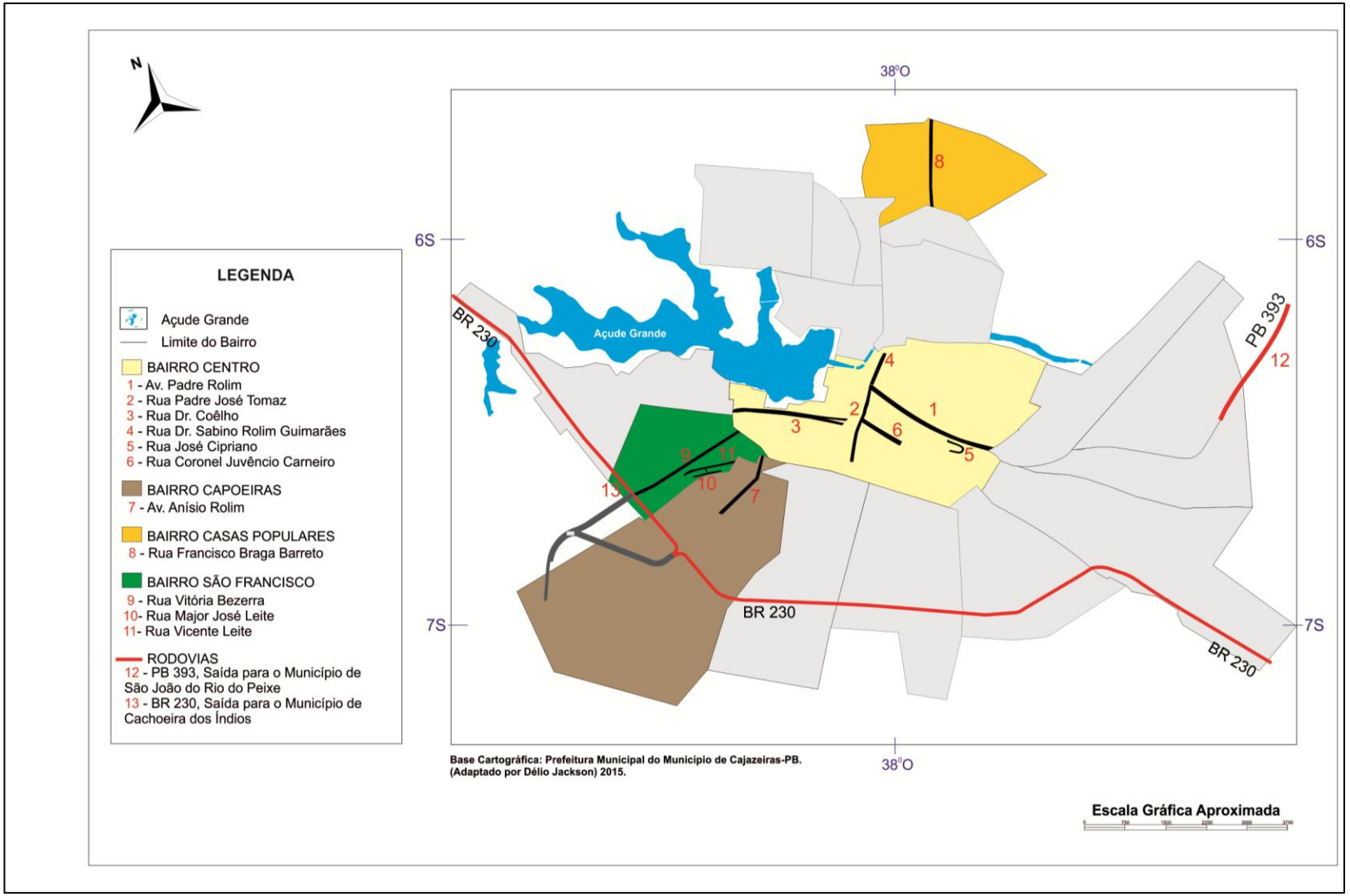
Cabe lembrar que a exploração sexual comercial infanto-juvenil é um crime hediondo, sem direito à fiança[1]. Então, a atividade é realizada com muita cautela e sigilo pela rede de exploração sexual comercial de menores para que seus espaços não sejam descobertos ou desfeitos pelas autoridades, além de dificultar a realização do flagrante, a apreensão dos envolvidos e a confirmação da notificação da exploração sexual comercial infanto-juvenil em determinado espaço.

A maioria desses possíveis espaços abertos da exploração sexual comercial infanto-juvenil se encontra presente principalmente na área central de Cajazeiras, formada por trechos das ruas Avenida Padre Rolim, Rua Avenida Coronel Juvêncio Carneiro, Rua Dr. Coêlho, Rua Padre José Tomaz, Rua Dr. Sabino Rolim Guimarães e Rua José Cipriano.

Enquanto que os demais possíveis espaços abertos estão localizados na zona periférica, constituída por partes das ruas Vitória Bezerra, Rua Major José Leite, Rua Vicente Leite, Rua Avenida Anísio Rolim, Francisco Braga Barreto; além de trechos das rodovias federal e estadual BR 230 e PB 393, como podemos visualizar na FIGURA 03 – Geografia e os espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil no município de Cajazeiras-PB:

[1] Ver Lei nº 12.978, de 22 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Presidência da República Federativa do Brasil.

FIGURA 03 – Geografia e os Espaços da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Cidade de Cajazeiras-PB



Elaborado por: DÉLIO JACKSON/2015.

De modo geral, a exploração sexual comercial infanto-juvenil nos espaços abertos de Cajazeiras se configura em função do próprio crescimento da cidade, uma vez que esse tipo de atividade ilegal aparece em áreas densamente povoadas.

Outros fatos também podem explicar esse fenômeno como a utilização expressiva de automóveis por uma grande parcela da população, que facilita o estabelecimento das relações entre exploradores, intermediários, clientes e os explorados. Destacam-se também os problemas relacionados às questões socioeconômicas como a renda insuficiente de algumas famílias. Diante de tais situações, muitas crianças e adolescentes acabam encontrando na exploração sexual comercial uma forma de obter os recursos financeiros necessários para a sua sobrevivência.

No entanto, ao longo da pesquisa, foi observado que o consumo das drogas mostrou-se como o principal responsável por essa configuração espacial do fenômeno, uma vez que crianças e adolescentes encontram no fenômeno uma maneira fácil de sustentar seus vícios. Com isso, acabam realizando as mais diversificadas práticas sexuais, tendo em vista apenas o recebimento de qualquer tipo de remuneração seja ela dinheiro, presentes, favores ou até mesmo drogas.

O Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente (CAA) nos informou em entrevista que é crescente o percentual de dependentes químicos na cidade, sendo assim, na instituição há registros de casos de crianças do sexo feminino que foram exploradas sexualmente por mães usuárias de droga. Nesses casos, eram realizadas práticas sexuais no valor de R$ 10,00, sendo que parte dessa quantia, mais precisamente de R$ 5,00, a mãe se apropriava com intuito de satisfazer sua dependência química pelo crack, enquanto a criança permanecia com o restante do valor.

Em entrevista o Conselho Tutelar de Cajazeiras também destaca que situações como essas ocorrem constantemente na cidade, uma vez que muitas mães encontram nos filhos, um potencial econômico até então desconhecido, enxergando na comercialização dos corpos e da sexualidade destes, a oportunidade mais viável para satisfazer os seus vícios e em outras situações, a complementação da renda familiar.

Diante dessa realidade, a zona urbana da cidade acaba se tornando uma área favorável à instalação e crescimento desse fenômeno no espaço.

Dentre os possíveis espaços abertos verificados na área central de Cajazeiras, cabe referenciar que a Rua Padre José Tomaz é um dos mais conhecidos espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil, bem como também da prostituição adulta. Sendo,

considerado o principal reduto de adolescentes e adultos do sexo masculino, muitas vezes homossexuais ou travestis.

Essa área também apresenta muita tradição no comércio da cidade, concentrando mercados, restaurantes, bares e lojas de comércio em geral. Muitos desses estabelecimentos comerciais funcionam em prédios de estrutura arquitetônica histórica, na qual foram tombados pelo patrimônio histórico e cultural da cidade, a fim de preservar a história e cultura da cidade presente nos prédios.

Durante todo o dia, a área recebe um grande fluxo de pessoas que se dirigem aos estabelecimentos comerciais em busca de consumir os mais variados produtos e serviços. Enquanto, no horário noturno a dinâmica é completamente diferente, uma vez que a prática da exploração sexual comercial ocupa suas esquinas, calçadas e semáforos de transito durante a semana quase inteira, objetivando sempre aqueles clientes motorizados que possam facilitar sua colocomoção para lugares mais discretos, distantes de qualquer forma de fiscalização.

Outro possível espaço da exploração sexual comercial infanto-juvenil é a Rua Avenida Padre Rolim. No entanto, essa área apresenta um diferencial quando comparada aos demais outros espaços, pois ao longo de sua extensão socioespacial podemos identificar que há concentração de mais de um ponto de exploração sexual comercial de menores.

Nesse espaço há predominância de agências bancárias, órgãos de gestão pública, estabelecimentos comerciais e restaurantes. Assim, é preciso destacar que a dinâmica do dia é diferenciada da noite. O dia é caracterizado pela alta circulação de automóveis, um grande fluxo de pessoas se dirigindo aos mais diversos afazeres, crianças e adolescentes a caminho da escola, uma vez que a área é a principal avenida da cidade que dá acesso ao centro e demais localidades.[2] No entanto, à noite o cenário é completamente oposto, a exploração sexual comercial acontece principalmente em fins de semana em trechos de pouca iluminação e nenhuma presença policial, tendo em vista que esses trechos também são redutos de usuários de drogas, ou seja, a exploração sexual de menores se camufla em outros fenômenos para se manter invisível no espaço geográfico.

A Rua Dr. Coêlho também é um dos possíveis espaços abertos da exploração sexual comercial infanto-juvenil da cidade. Esse espaço pode ser caracterizado como uma área comercial e residencial que tem uma grande circulação de automóveis e pessoas, sendo ocupada principalmente por bares, restaurantes e lojas de vestuário em geral.

[2] Torna-se necessário mais disponibilidade de tempo de pesquisa para averiguar a se a exploração ocorre durante o dia e como se configura.

O espaço no horário noturno durante quase toda a semana recebe uma grande concentração de crianças e adolescentes prostituídos que, no início da noite, primeiramente desenvolvem a função de guardadores de carros (flanelinhas) e, posteriormente com o adiantado da hora dão início a realização de práticas sexuais remuneradas. A maioria dos menores acaba realizando práticas sexuais por valores irrisórios, tendo em vista que muitos são usuários de drogas e procuram apenas satisfazer sua dependência química por determinada substancia ilícita (droga).

A Rua Dr. Sabino Rolim Guimarães se destaca como possível espaço da exploração sexual comercial infanto-juvenil à medida que concentra durante toda a semana crianças e adolescentes à noite em suas calçadas, esquinas e praças, a fim de realizar praticas sexuais remuneradas.

O referido espaço é constituído por estabelecimentos comerciais, sedes de órgãos públicos, residências e escolas. Sendo assim, é uma área bastante movimentada, conhecida por um grande fluxo de automóveis, tendo em vista que é a principal rua de acesso a algumas instituições de ensino superior público e privado da cidade. A praça existente na área é o principal trecho de concentração de menores e também de adultos, no qual a pouca iluminação e circulação de pessoas contribuem para reprodução do fenômeno nesse espaço.

A caracterização da Rua José Cipriano não é muito diferente dos demais possíveis espaços da exploração sexual de crianças e adolescentes existentes na cidade, uma vez que a área também constitui o núcleo central da cidade, tendo concentração de bares, lanchonetes, hospedarias e residências. Os estabelecimentos presentes nesse espaço recebem forte influência de áreas próximas de bastante movimento como é o caso de possíveis passageiros advindos do terminal rodoviário que se dirigem até o local em busca de hospedagem, alimentação e lazer.

No entanto, muitas pessoas também são atraídas pela exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e a prostituição adulta existente na área que agem sempre de forma conjunta, a fim de camuflar especificamente a atividade ilegal da exploração sexual de menores. Assim, esse tipo de exploração sexual sempre procura acontecer à noite durante todos os dias da semana, tendo predominância tradicionalmente aos fins de semana.

O possível espaço da exploração sexual comercial infanto-juvenil constituído pelo Bairro São Francisco, é formado principalmente por trechos das ruas Vitória Bezerra, Rua Major José Leite e Rua Vicente Leite. Esse espaço encontra-se presente na zona periférica da cidade composta principalmente por moradores em situação de vulnerabilidade social,

vivendo nas mínimas condições econômicas e muitas vezes em situações precárias de habitações, infraestrutura, saúde, educação dentre outros.

Então, em virtude dessa vulnerabilidade social muitas crianças e adolescentes moradoras do bairro acabam realizando práticas sexuais remuneradas. Isso acontece à medida que enxergam no fenômeno uma oportunidade de manter seus vícios, complementar a renda familiar ou até mesmo garantir sua própria sobrevivência.

Esse tipo de atividade ilegal é praticado a qualquer dia e horário, mas sempre tendo aquela conhecida preferência pela noite. Uma especificidade desse espaço é a questão das práticas sexuais comerciais infanto-juvenis acontecerem com maior frequência nos 10 primeiros dias uteis do mês. Essa situação pode ser explicada pelo fato da maioria dos exploradores serem pessoas idosas (aposentadas) que ao longo desses dias recebem o seu beneficio do INSS, usando parte dele para realizarem a exploração sexual comercial de menores.

A Rua Francisco Braga Barreto é um possível espaço da exploração sexual comercial infanto-juvenil localizado na zona norte da cidade. O espaço é composto por bares, churrascarias, lanchonetes, estabelecimentos comerciais e residências. Apresentando também uma grande movimentação e circulação de pedestres, automóveis e principalmente motocicletas.

Nesse espaço a vulnerabilidade social e violência estão presentes de forma considerável causando prejuízos para toda a comunidade. Na área existe uma praça que sempre as sextas-feiras e aos domingos, independente do horário torna-se um local de concentração de menores e adultos que realizam práticas sexuais remuneradas. As crianças e adolescentes que ocupam o espaço procuram chamar a atenção de seus exploradores com roupas curtas e justas, maquiagem extravagante e danças sensuais.

No caso específico dos adolescentes do sexo feminino, as práticas sexuais remuneradas também são realizadas como forma de conseguir recursos financeiros para consumir alguns produtos desejados como roupas, calçados, acessórios, cosméticos dentre outros. Sendo assim, as adolescentes mostram que apenas querem recursos para realizar seu desejo de consumo, além de oportunidades para conciliar tanto a possibilidade de um relacionamento amoroso estável como a invisibilidade de suas práticas sexuais.

A Rua Avenida Anísio Rolim é outro possível espaço da exploração sexual comercial infanto-juvenil existente na cidade. Esse espaço pode ser caracterizado como uma rua bastante movimentada, composta por estabelecimentos comerciais, sedes de entidades públicas, lanchonetes e principalmente bares.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes existente nesse espaço costuma acontecer no horário diurno e noturno durante a semana inteira. As crianças e adolescentes exploradas são meninas e meninos com opções sexuais variadas como heterossexuais, homossexuais, bissexuais dentre outros.

Muitos menores ocupam as calçadas, esquinas e bares dessa área, em busca de praticar relações sexuais, em troca de algum tipo de remuneração, seus principais exploradores são homens adultos com faixa etária acima dos 30 anos.

Já a Rua Avenida Coronel Juvêncio Carneiro está situada na área central da cidade e marcada pela concentração de sedes de entidades públicas, supermercados, laboratórios de análises clínicas e algumas residências. Durante o dia a área apresenta uma grande circulação de veículos e pessoas atraídas pelos produtos e muitos serviços ali disponíveis. Enquanto, à noite a situação é outra, a área torna-se um possível espaço da exploração sexual comercial infanto-juvenil, visto que muitos adolescentes do sexo masculino, homossexuais ocupam calçadas e esquinas pouco iluminadas em busca de realizarem práticas sexuais remuneradas.

Essa atividade ilegal acontece sempre às quintas-feiras, sextas-feiras, sábados e domingos depois das 22h00 quando o espaço costuma ser menos agitado e, com isso propicia a realização dessa atividade ilícita. Além disso, esse espaço tem uma característica própria que é a cobrança de uma taxa “pedágio” pelo seu uso no valor de R$ 15,00 à noite. Essa taxa é imposta por uma pessoa que diz ser o dono do local de exploração sexual comercial de menores e quando descumprida acarreta na punição dos envolvidos através do uso de violência física.

Esse espaço também é usado como ponto de partida por um grupo de adolescentes do sexo masculino, homossexuais que se propuseram a realizar um processo dinâmico, percorrendo ao longo da noite, vários logradouros da cidade, de forma momentânea ou passageira, a fim de descontrair a atividade e realizar o número maior de práticas sexuais remuneradas.

A atividade acontece tradicionalmente às quintas-feiras, sextas-feiras, sábados e domingos, tendo início a partir das 22h00 na Rua da Avenida Coronel Juvêncio Carneiro e, depois seguindo para Rua Avenida Padre Rolim, Rua Dr. Sabino Rolim Guimarães, Rua Avenida Presidente João Pessoa, Rua Padre José Tomaz e terminando o percurso nas imediações do Estádio Perpétuo Corrêa Lima (Estádio Perpetão).

Segundo, o Conselho Tutelar de Cajazeiras também há existência de grupos de meninas heterossexuais que realizam esse tipo de trajeto pela cidade, porém não se tem informações detalhadas sobre como acontece, pois é possuidor de uma dinâmica própria.

No que se refere às rodovias federal e estadual que cortam a cidade de Cajazeiras também podemos verificar alguns possíveis espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil ou “pontos vulneráveis”.

A rodovia BR 230 e a PB 393 apresentam bastante movimento com elevado tráfego de veículos, principalmente de veículos pesados. No entanto, alguns de seus trechos são considerados como possíveis espaços ou pontos vulneráveis, uma vez que algumas de suas características estimulam a exploração sexual comercial infanto-juvenil ou outros tipos de exploração sexual.

As principais características estimulantes seriam a pouca iluminação em alguns trechos, mínima fiscalização pública ou privada, a presença da prostituição adulta, facilidade na compra bebida alcoólica entre outras.

No decorrer deste estudo pôde-se perceber que a exploração sexual comercial infanto-juvenil no km 506 da BR 230 acontece de maneira mais intensa, apresentando uma grande concentração de crianças e adolescentes em postos de combustíveis, churrascarias e outros locais indevidos.

Muitos menores se dirigem até essas localidades em busca de qualquer remuneração que venha a suprir suas necessidades que vai desde dinheiro até uma refeição, tendo como principais explorados os caminhoneiros e motoristas que trafegam pela rodovia e, consequentemente, frequentam esses tipos de estabelecimentos diariamente.

Enquanto, a 5 km do centro da cidade na PB 393 o fenômeno ocorre com menos intensidade, quando comparado ao km 506 da BR 230 que apresenta um fluxo de veículos e de estabelecimentos bem maior. Diante disso, o fenômeno acaba se instalando em “bares”, principais tipos de estabelecimento encontrado nessa parte da rodovia. Esses bares estão situados em áreas afastadas de residências e outros estabelecimentos, tendo em vista a discrição das atividades ilegais e criminosas ali realizadas.

Desta forma, permitem a entrada de crianças e adolescentes desacompanhados e o consumo de bebidas alcoólicas, tendo como finalidade melhorar os seus lucros de forma satisfatória. No entanto, esse tipo de conduta adotada em alguns estabelecimentos acaba por estimular a exploração sexual comercial infanto-juvenil e, consequentemente a configuração de seus espaços.

As crianças e adolescentes concentradas em ambos os trechos das rodovias procuram sempre estar em constante articulação com a prostituição adulta, objetivando manter a invisibilidade de sua participação no fenômeno.

Com isso, a exploração sexual comercial infanto-juvenil pode se instalar em diversificados espaços da cidade, desde a área central até a zona periférica. Sendo, que cada espaço apresenta uma identidade própria com especificidades que os legitimam dentro do mercado do sexo. Além disso, acompanham a dinâmica da cidade procurando sempre atender as exigências do mercado, podendo permanecer da mesma forma ou dinâmica durante algum tempo e depois se expandir caso aumente a procura pela comercialização de corpos infanto-juvenis.

4 – O ESTADO, ENTRE AS ESCALAS DE PODER E SEU PAPEL: AÇÃO E CONTROLE DOS ESPAÇOS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO – JUVENIL

No Brasil a mobilização e as respostas institucionais do Estado para combater a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes constituem-se em uma ação recente. Essas respostas institucionais de ação e controle do fenômeno estão previstas nos três poderes do Estado: o poder executivo, o poder legislativo e no poder judiciário. Sendo, fundamentadas em instrumentos jurídicos nacionais como a Constituição Brasileira - 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente- 1990, Lei Orgânica da Assistência Social- 1993, Lei de Diretrizes e Bases de 1996, dentre outros.

Cabe ao Estado garantir e defender os direitos das crianças e adolescentes, procurando desmobilizar as redes de exploração, punir os intermediários, exploradores e agenciadores da exploração sexual comercial infanto-juvenil, além de proteger e atender as vítimas do fenômeno.

No entanto, essa tarefa não cabe exclusivamente ao Estado, mas também a família e a sociedade civil organizada que deve discutir propostas e realizar ações de enfrentamento do fenômeno. A iniciativa conjunta é a melhor forma de combater a exploração sexual comercial infanto-juvenil, pois facilita a efetivação das políticas públicas previstas como a prevenção, atendimento e a defesa das pessoas vitimizadas.

No poder executivo, o Ministério da Justiça procura garantir os direitos da criança e do adolescente através do Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) que é o responsável em coordenar as políticas de promoção e defesa do direito dessa porção da população em todo o território brasileiro. Leal (1999) afirma que:

> A ação do Departamento da Criança e do Adolescente se expressa por meio de três estratégias principais: o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de ações de alcance nacional e de interesse estratégico do Ministério da Justiça; o apoio às ações de prevenção e combate à exploração sexual comercial, priorizadas em âmbitos das Unidades Federadas, constantes dos planos estaduais de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; a advocacia política e a articulação de planos específicos de ações integradas de combate à exploração sexual comercial, nas áreas críticas (LEAL, 1999. p. 29).

Deste modo, a missão central do Departamento da Criança e do Adolescente é procurar realizar e apoiar ações de prevenção e combate do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nesse contexto, o DCA ainda realiza algumas ações específicas como: a capacitação dos funcionários de sistemas de garantia dos direitos infanto-juvenis; o desenvolvimento de pesquisas sobre o assunto; a atualização das informações no banco de dados; as ações que mobilizem a sociedade; o melhoramento dos programas existentes e a proposta de outros.

Além, do Ministério da Justiça ainda temos outros ministérios envolvidos no combate de exploração sexual comercial infanto-juvenil, como é o caso do Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde entre outros.

Referente à Presidência da República, deve-se salientar a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que integra o conjunto de atribuições da Presidência da República.

O CONANDA é integrado por representantes do poder legislativo, assegurada à participação dos órgãos executores das políticas sociais básicos na área de ação social, justiça, educação, saúde, economia, trabalho e presidência social e, em igual número, por representantes de entidades não governamentais de âmbito nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 3° da lei n° 8.242, de 12 de outubro de 1991.

Sendo assim, compete ao CONANDA realizar várias funções, entre elas estão: a elaboração e fiscalização das normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; o apoio e avaliação dos conselhos estaduais, municipais e organizações não governamentais dos direitos da criança e do adolescente; o acompanhamento e proposição de modificações nas estruturas públicas e privadas de atendimento da criança e do adolescente, entre outras.

De modo geral, o poder executivo mostra-se preocupado com a atual configuração do fenômeno e suas consequências sobre a sociedade brasileira. Pensando nisso, os ministérios encontram-se articulados entre si, propondo e realizando ações integradas de combate da exploração sexual comercial infanto-juvenil.

O poder legislativo tem como função elaborar as leis brasileiras, entre elas as que garantam o direito da criança e do adolescente. Diante desse propósito, foram criadas ações de prevenção e enfrentamento de crimes sexuais como a exploração sexual comercial infanto-juvenil. A legislação específica para enfrentamento do abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes foi elaborada com base em documentos jurídicos internacionais e

nacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Segunda Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, a Constituição Federal de 1988, o Código Penal Brasileiro de 1940; a Lei dos Crimes Hediondos de 1990 e de 2014, entre outros.

Sendo assim, foram elaboradas leis de grande relevância para esse segmento da população brasileira como a lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que concebe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), objetivando a proteção integral e a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Diante da criação do ECA, outras leis foram alteradas, inclusive o Código Penal que teve algumas alterações em seus artigos no que diz respeito aos crimes sexuais, no qual crianças e adolescentes tiveram seus direitos resguardos pelo Estado.

Sobre o Estatuto da criança e do adolescente podemos destacar que o mesmo é considerado uma inovação positiva na legislação brasileira, pois estabelece como prioridade absoluta a promoção dos direitos da criança e do adolescente. Com isso, a ECA procura proteger a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de abuso. Além, de garantir que todos os seus direitos previstos na Constituição Federal sejam respeitados e assistidos pelo o Estado, a sociedade e a família.

Desta forma, os direitos da criança e do adolescente tornam-se reconhecidos e garantidos em todo o país, sem distinção de raça, classe social, etnia ou qualquer forma de discriminação. No entanto, a ECA apresenta outras funções relacionadas à proteção da criança e do adolescente, entre elas estão o tratamento dos procedimentos de doação, aplicação de medidas sócio-educativas, ações criminosas cometidas contra crianças e adolescentes, conselho tutelar, órgãos e procedimentos protetivos.

No que se refere, aos Direitos Humanos precisamos evidenciar que são os direitos básicos de todo e qualquer ser humano. Nesses direitos estão inclusos os direitos civis e políticos que, envolvem muitos outros direitos ou fundamentos como a vida, a liberdade, a igualdade, a integridade física e moral, a educação, a saúde, o lazer, dentre outros. Com isso, os Direitos Humanos procuram tratar todas as pessoas de forma igualitária através do resguardo dos seus direitos perante a sociedade e o Estado.

Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento internacional criado no ano de 1948 para estabelecer os direitos de todos os homens e mulheres, independente de seus valores civis, políticos e religiosos.

Essa declaração é muito importante, pois trata de regulamenta a igualdade dos direitos em todas as partes do mundo através do seu compromisso em defender os direitos de todo e qualquer ser humano. Porém, a Declaração Universal dos Direitos Humanos muitas vezes não

é respeitada por alguns membros da sociedade, assim, apesar dos avanços muitos homens e mulheres, inclusive crianças acabam tendo seus direitos violados.

O poder legislativo ainda estabelece como prioridade a implementação dos Conselhos Tutelares, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), o Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (número 100), Delegacias especializadas, dentre outras iniciativas e leis.

Sobre o poder judiciário podemos evidenciar a sua função jurisdicional é defender e garantir os direitos de todo e qualquer cidadão brasileiro, partindo dos princípios determinado na Constituição Federal (1988) e, da interpretação as leis elaboradas pelo poder legislativo e sancionadas pelo poder executivo. Desta forma, tem como responsabilidade resolver, intermediar e punir os mais diversificados conflitos ou situações que permeiam a sociedade, procurando sempre promover a justiça através de um julgamento imparcial fundamentado na legislação brasileira.

No poder judiciário existem órgãos integrantes que foram estabelecidos na Constituição Federal, como forma de fortalecer e organizar o trabalho jurisdicional. Os principais órgãos integrantes são o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que podem auxiliar o cidadão em situações conflituosas.

No que diz respeito, ao combate da exploração sexual comercial infanto-juvenil, a Vara da Infância e da Juventude é um importante órgão integrante do poder judiciário que julga os adolescentes, pois além de julgá-los aos que praticam atos infracionais, ainda afasta e pune os familiares ou os responsáveis legais que venham a prostituir as crianças e os adolescentes.

Apesar da recente, a ação do Estado é de fundamental importância, uma vez que o mesmo é responsável pelo enfrentamento e o controle da reprodução dos espaços da exploração sexual comercial infanto-juvenil, tendo em vista a crueldade e violência do fenômeno sobre as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no país.

Com isso, é dever do poder público elaborar e fortalecer suas as políticas de garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como reduz ou eliminar a existência desse fenômeno sobre o espaço geográfico brasileiro.

4.1 – O estado e suas estratégias para coibir a exploração sexual comercial infanto-juvenil

As estratégias implementadas pelo Estado para coibir a exploração sexual comercial infanto-juvenil são fundamentadas em uma política focal de gestão descentralizada, formada por vários programas e projetos de enfrentamento do fenômeno em todo território brasileiro.

O poder público executa esses programas e projetos através de um sistema de parcerias entre os governos estaduais/municipais e organizações não governamentais (ONGs). Essa iniciativa procura melhorar a eficácia das estratégias, assim como também ampliar a escala de alcance dos programas e projetos em todo o país. No entanto, LEAL (1999) nos revela que:

> De acordo com o mapeamento de Programas e Projetos para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, realizado pelo CONANDA, nos municípios brasileiros, existem mais propostas públicas para o enfrentamento do fenômeno, do que propriamente projetos em execução. A prevenção (capacitação, mobilização, educação e campanhas) é uma das preocupações centrais das propostas de programas e projetos, seguida do atendimento (abrigos, profissionalização, esporte, lazer, cultura, e outros) e da defesa (responsabilização e repressão). No âmbito nacional, o processo de mobilização e sensibilização do fenômeno, em nível nacional, tem se fortalecido pelas diversas manifestações da sociedade civil e governo via CPI's e campanhas de prevenção do fenômeno (LEAL, 1999. p. 36).

Sendo assim, o poder público acaba por não executar de forma efetiva todas as ações direcionadas ao enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil. Essa situação configura-se em virtude da possível ausência ou mínima infraestrutura dos municípios que, muitas vezes não apresentam conselhos tutelares, abrigos, ministério público, CREAS, entre outros.

Tudo isso acaba por comprometer a execução dos programas e projetos de combate à exploração sexual comercial infanto-juvenil. Mesmo assim, ainda foram criadas e executadas muitas ações estratégicas de combate à exploração sexual comercial infanto-juvenil, conforme pode ser visto no QUADRO 1 – Ações estratégicas de âmbito Nacional, abaixo:

QUADRO 01 – Ações Estratégicas de Âmbito Nacional

• 1996/97 - Implementação de "rede nacional" de proteção jurídico-social a crianças e adolescentes vitimados, envolvendo 35 (trinta e cinco) entidades de defesa, especialmente Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (projeto ADVOGA CRIANÇA- Associação Nacional dos Centros de Defesa- ANCED).
• 1996/97/98 - Desenvolvimento, implantação e implementação do Sistema de Informações

para a Infância e a Adolescência- SIPIA. Desse sistema, o seu Módulo 1 (para o monitoramento da violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e o ressarcimento desses direitos por meio de programas e serviços), deverá estar com cobertura nacional até o final de 1999.
• 1997/98 – Campanha Nacional de Combate à Exploração sexual Comercial e implementação de programa de Recebimento de Denúncias, em âmbito nacional, sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (“Disque Denúncia”, em parceria com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência – ABRAPIA).
• 1997/98 – Implantação da Rede de Informações sobre a Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes – RECRIA, por meio da Internet, em parceria com o Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. - 1996/97/98 – Produção de documentos em parceria com, o Centro de Referência, Estudos e ações Sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. - 1996 – Anais do Seminário contra Exploração e Abuso sexual de Crianças e Adolescentes da Américas. - 1997 - Fundamentos e Políticas Contra Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. - 1998 – Políticas Públicas e Estratégias Contra a Exploração Sexual Comercial e o Abuso Sexual Intrafamiliar de Crianças e Adolescentes. - 1998 – Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

Elaborado por: LEAL, Maria Lúcia Pinto. A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999. Adaptado por: Conceição (2015).

Essas ações estratégicas são fundamentais para garantir o enfrentamento do fenômeno no país, apesar de muitas delas não se mostram totalmente eficazes na prevenção e coibição da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Deste modo, é necessário um intenso diálogo entre o Estado e a sociedade civil através da realização de audiências públicas, fóruns de discussão, campanhas publicitárias, entre outras. Iniciativas como essas podem melhorar as políticas públicas de enfrentamento desse fenômeno, bem como estimular a reflexão da sociedade sobre o assunto.

O sistema de parceira é uma iniciativa importante na articulação de ações de prevenção e combate a exploração sexual comercial infanto-juvenil entre o Estado e a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Ministérios Públicos, Juizados da Infância e da Juventude e Conselhos Tutelares. Além disso, ainda tem as ações estratégicas do poder legislativo como CPI’s e projetos de lei que visam investigar e punir a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Desta maneira, o Estado apresenta um conjunto de estratégias para coibir a exploração sexual comercial que, infelizmente nem sempre funciona da forma esperada. Sendo assim, procura sempre estimular articulações com os vários segmentos da sociedade, tendo como pretensão efetivar suas ações de enfretamento desse fenômeno, além de mobilizar a sociedade civil sobre a real configuração e dimensão da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil.

4.2- As contradições do estado e a persistência do fenômeno

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes tornou-se um fenômeno desafiador tanto para a nossa sociedade como para o Estado. Essa situação se configurou em virtude do Estado apresentar dificuldades em conseguir detectar a exploração sexual comercial, uma vez que esse tipo de exploração é uma prática concedida pela criança ou adolescente, objetivando a troca de bens materiais.

Deste modo, tal situação acaba por contradizer as homogêneas ações estratégicas elaboradas e executadas pelo Estado para coibir e prevenir o fenômeno no país. No que diz respeito aos registros e averiguações de denúncias, muitos deles se tornam processos, no qual é citado o nome da criança envolvida e registrado os procedimentos realizado para solucionar o caso. Quando não solucionado, o Conselho Tutelar encaminha o caso para Vara da Infância e da Juventude para realizar outros procedimentos legais.

No entanto, muitos desses processos de exploração sexual comercial infanto-juvenil apresentam contradições quando comparados com a realidade, visto que existe uma enorme dificuldade por parte da sociedade em conseguir acessar esses registros, uma vez que os órgãos estatais procuram camuflar os dados presentes nos registros.

Diante desse contexto, ainda temos um agravante, a dificuldade das autoridades em realizar o flagrante da exploração entre crianças/adolescentes e os exploradores. Sendo assim, os registros acabam sendo enquadrados em outro delito como menor encontrado em local e horário impróprio ou desobediência. Tal enquadramento compromete a veracidade desses registros, que muitas vezes são discutidos e contestados por estudiosos do fenômeno.

O Conselho Tutelar de Cajazeiras, infelizmente não forneceu nenhum tipo de registro para esta pesquisa, alegando não haver infraestrutura e pessoal suficiente para registrar as ocorrências existentes na cidade. Porém, essa justificativa não foi convincente, uma vez que o Conselho Tutelar precisa encaminhar ao Ministério Público e á Vara da Infância e da Juventude os devidos registros para realizar as medidas cabíveis quando necessárias.

Desta maneira, constatamos que o Conselho Tutelar de Cajazeiras contribui para a invisibilidade do fenômeno na sociedade através de seus registros. Além disso, o trabalho desenvolvido nesta entidade acontece apenas em caráter emergencial, não havendo ações preventivas contra o fenômeno.

Em entrevista, ao próprio representante do Conselho Tutelar de Cajazeiras foi informado que no momento não há nenhum tipo de ação preventiva sendo realizada, mas existe uma pretensão de futuramente se elaborar um projeto de conscientização sobre o fenômeno para ser aplicado nas escolas da cidade.

Sobre o CREAS da cidade podemos evidenciar que órgão encontra-se fechado por falta de funcionários para realização dos trabalhos, uma vez que o Ministério Público determinou apenas à contratação de funcionários por meio de concurso público, porém essa determinação ainda não foi acatada pela Prefeitura Municipal de Cajazeiras.

Referente à Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Cajazeiras, em entrevista a própria assistente social da secretaria afirmou não haver nenhum tipo de ação preventiva ou proposta para coibir a exploração sexual comercial infanto-juvenil no município.

Desta forma, torna-se visível que muitas vezes o Estado se contradiz quando não cumpre efetivamente o que se propôs a realizar como o da proteção integral da criança e do adolescente, sendo assim, o fenômeno acaba persistindo por todo o país, apesar das muitas políticas públicas elaboradas e executadas pelo Estado. No decorrer desta pesquisa, ainda foi possível identificar que há momentos que a exploração sexual comercial infanto-juvenil se mostra invisível perante os olhares do Estado.

Para Nabozny (2013), o Estado não consegue caracterizar a exploração sexual porque o silêncio predomina em todos os integrantes da rede. Por outro lado, também temos a questão das instituições não conseguirem realizar o flagrante do ato, pois os sujeitos do fenômeno se articulam de forma diferenciada da prostituição adulta, utilizando táticas de mobilização dos corpos, contatos telefônicos, horários e espaços não convencionais.

A invisibilidade e persistência do fenômeno também podem acontecer porque existem algumas pessoas que representam o Estado, procurando sempre manter a espacialidade do fenômeno invisível. Para intervir nesta situação, o Estado encontra muitas dificuldades, entre elas, dar visibilidade do fenômeno. Sobre isso o Leal nos coloca que:

> Dar visibilidade ao fenômeno da exploração sexual comercial, no contexto brasileiro, tem sido uma tarefa complexa, em decorrência a fragilidade e da

> ausência de dados qualitativos/quantitativos, em função do sistema precário de notificação, falta de sistematização das informações, de pesquisas em nível nacional, sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (pornografia/prostituição/tráfico e sexo turismo) e além disso, falta de mapeamento das atividades econômicas onde se notificam tal fenômeno (LEAL, 1999. p . 69).

Por esse motivo foi constatado que o Estado deve intensificar seus estudos sobre o fenômeno, direcionando mais recursos financeiros para as políticas de prevenção, priorizando a elaboração e execução de políticas públicas específicas para o enfrentamento da exploração sexual comercial infanto-juvenil, a fim de compreender as características e a dinâmica espacial do fenômeno.

4.3- Enfrentamento da sociedade civil organizada no tratamento dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil

A sociedade civil organizada também atua no enfrentamento da exploração sexual comercial infanto-juvenil, procurando atender e reintegrar a sociedade crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual. As organizações não governamentais (ONGs) são organizações sem fins lucrativos que foram construídas pela sociedade civil organizada, a fim de desenvolver ações ou serviços que venham garantir e defender os direitos de qualquer cidadão.

A maioria dos estudiosos afirma que as ONGs apresentam maior êxito em suas ações de enfretamento, mas é necessário lembrar que estas organizações atuam através de parcerias com o setor empresarial e o Estado. Sendo assim, o êxito alcançado por elas é resultante de um trabalho conjunto entre vários segmentos da sociedade. Sobre isto LEAL (1999) nos explica:

> [...]. As pesquisas demonstram que a hegemonia das ações de enfrentamento tem como protagonista as ONGs, que se mobilizaram, historicamente, para a inclusão da temática na agenda do governo. Isso aconteceu em função de uma articulação nacional, ampliada por setores da sociedade civil, e pelos parlamentares, visando o fortalecimento de uma gestão pública/privada voltada para o enfrentamento da problemática (LEAL, 1999. p. 19).

As organizações não governamentais são as principais responsáveis pela mobilização social em torno da exploração sexual comercial em todo o país, tendo como prioridade a garantia dos direitos de crianças e adolescentes através da participação ativa de toda a sociedade civil no fortalecimento do enfrentamento do fenômeno.

Nesse contexto, é preciso destacar ainda que a sociedade civil deve também procurar monitorar as políticas públicas direcionadas a proteção e garantia dos direitos infanto-juvenis, tendo em vista que as ações de enfretamentos elaboradas pelo Estado sejam executadas da melhor forma possível.

A participação da sociedade civil em discussões em torno da temática é sempre interessante, pois enriquece a discussão e estimula o cidadão a opinar sobre as propostas de enfrentamento do fenômeno elaboradas pelo poder legislativo brasileiro. Ainda sobre as ONGs Leal (2001) acrescenta que:

> As ONGs e outras expressões da sociedade civil que participam da mobilização social contra exploração sexual comercial no Brasil inserem-se naquela de defesa de direitos e de orientação política. Embora sejam um tecido complexo e multifacetado, as ONGs que atuam nessa área indicam, ao lado dos movimentos sociais, fóruns, redes e conselhos, a direção política para o enfrentamento do fenômeno (LEAL, 2001. p. 323).

Deste modo, as ONGs reconhecem a necessidade de ampliar a participação de outros segmentos da população no enfrentamento desta problemática tão complexa, na qual se insere a exploração sexual comercial. Porém, reconhece que essa ampliação pode acarretar em riscos, visto que diversidade de interesses e procedimentos utilizados ao longo da elaboração de uma nova legislação sobre os crimes sexuais podem melhorar ou prejudicar de vez a proteção integral de crianças e adolescentes.

Para Menescal (1996), as ONGs podem ser analisadas a partir de dois aspectos distintos: a solidariedade; e a sua atuação política. A solidariedade consiste da teoria do Nonprofit Sector que enfatiza o setor sem fins lucrativos ou Third Sector, o terceiro setor. A sua atuação política encontra-se voltada para as alterações sociais e a influência política, além de se mostrar como um dos principais campos da sociedade civil organizada.

Desta forma, podemos entender que as organizações não governamentais contam com pessoas que, objetivam prestar trabalhos voluntários voltados para várias áreas, como: saúde; educação e; principalmente, o bem estar social. Com isso, acaba por dedicar parte de seu tempo para defender os direitos de alguns grupos que apresentam maior vulnerabilidade como é caso de negros, povos indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, entre outros. Esse tipo de atitude praticada pela sociedade civil mostra a solidariedade e responsabilidade social do povo brasileiro que luta constantemente pelas causas sociais, a fim de melhorar a qualidade de vida daqueles cidadãos menos desfavorecidos.

A filantropia empresarial é um fenômeno que vem crescendo bastante no Brasil, pois cada vez mais, o Estado oferece incentivos a toda e qualquer empresa que deseje desenvolver esse tipo de ação no país. Com isso muitas empresas estão procurando assumir a sua responsabilidade social. Tendo em vista um melhor entendimento sobre esta organização, Leal (2001) nos explica que:

> A multiplicação dessas organizações de iniciativas privadas, com sentido público, realiza-se em âmbito local e global. O protagonismo dos cidadãos e de suas organizações rompe a dicotomia entre o público e o privado, na qual público era de estatal e privado, de empresarial, emergindo então o terceiro setor, que vai dar origem a uma esfera pública não-estatal (LEAL, 2001. p. 319).

Então, independente da organização ser pública, privada ou pública não-estatal, o que vai prevalecer é a atuação conjunta entre ambas, em busca de um mesmo objetivo, o bem estar social. No entanto, no decorrer desta pesquisa não identificamos nenhuma organização não governamental (ONGs) que trate da prevenção e enfrentamento da exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Cajazeiras. Com isso, mostra que a sociedade civil organizada de Cajazeiras talvez não esteja assumindo com sua responsabilidade social devido a pouca reflexão sobre a temática e suas consequências sobre as crianças e os adolescentes.

Deste modo, as organizações não governamentais (ONGs) são mais do que um trabalho voluntário ou uma ação política, na verdade elas constituem numa ferramenta de transformação social que, pode mobilizar e articular outros segmentos da sociedade civil que não participam da luta contra a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi caracterizar os complexos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil através de referenciais metodológicos que possibilitaram a sustentação dos nossos argumentos, além de permitir uma reflexão e visibilidade em torno das características que compõem a espacialidade do fenômeno na cidade de Cajazeiras-Paraíba.

O fenômeno apresenta complexas transformações em sua espacialidade que, em dados momentos se mostram homogêneas e padronizadas e em outros, heterogêneas e aperiódicas. Isso acontece em função dos participantes da rede de exploração atuar de forma conjunta na elaboração e execução de estratégias móveis que possibilitem a existência e invisibilidade do fenômeno perante o Estado e a sociedade civil organizada.

Sendo assim, a sua configuração pode variar de acordo com o momento e da estratégia utilizada para manter o fenômeno ativo no mercado do sexo, abrangendo desde as estratégias de invisibilidade como as de visibilidade do fenômeno. Contudo, se percebe que as estratégias são as principais responsáveis pela existência e permanência da exploração sexual comercial, uma vez que elas proporcionam aos integrantes da rede, os artifícios necessários para subsidiar e efetivar as suas ações ilegais e informais praticadas cotidianamente no espaço geográfico.

Podemos perceber que no meio urbano cajazeirense existe uma predominância de espaços abertos (rua) de exploração sexual comercial infanto-juvenil, uma vez que ao longo da pesquisa não foi identificado nenhum espaço fechado apesar de acreditarmos que exista esse tipo de espaço na cidade. No entanto, uma diversidade de elementos e estratégias pode camuflar esse tipo de espaço fechado no espaço geográfico, dificultando as ações de prevenção e enfrentamento do Estado e da sociedade civil organizada contra o fenômeno.

Os espaços abertos de exploração sexual comercial infanto-juvenil se instalam por várias partes da cidade de Cajazeiras, apresentando uma maior concentração na área central. Cada um desses espaços tem características sócio-espaciais próprias e dinâmicas específicas que os legitimam dentro do mercado do sexo.

Sobre a ação do Estado podemos destacar que o enfrentamento e controle da reprodução dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil acontecem de forma não satisfatória, uma vez que as políticas públicas nem sempre são executadas da forma prevista na legislação brasileira.

Deste modo, o Estado deve estar em permanente articulação com a sociedade civil organizada, tendo em vista a efetivação das suas ações de enfretamento contra esse fenômeno

tão cruel e violento que atinge muitas das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social em todo o país.

Faz-se necessário ressaltar que na cidade de Cajazeiras, a sociedade civil aparentemente não se mostra mobilizada em prevenir e coibir a exploração sexual comercial e seus espaços, uma vez que as organizações não governamentais (ONGs) e outros segmentos da sociedade civil existentes no município não desenvolvem trabalhos sociais voltados para o controle e transformação social desse fenômeno tão problemático e complexo, no qual se configura a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Cabe à Geografia contribuir com meios que possibilitem a visualização e combate dos espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil, contidos nessa dimensão sócio-espacial tão complexa e contraditória, na qual vivemos atualmente. Ações desse tipo, também pode favorecer a abertura de espaços de diálogo sobre o fenômeno, no sentido de propor e executar intervenções sociais mais efetivas e eficazes contra esta problemática social, que atinge e transforma constantemente o espaço geográfico.

Sendo assim, incluir essa temática na agenda de estudos na Geografia é também poder contribuir na superação das necessidades teóricas e, futuramente, obter um lugar de destaque nas pesquisas sobre os espaços de exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Portanto, devemos destacar que essa é uma pesquisa mais superficial sobre as características dos espaços de exploração sexual comercial, mas que necessita ser aprofundada em futuros estudos, tendo em vista uma maior aproximação com os sujeitos do fenômeno, já que ao longo desta pesquisa não foi possível por várias razões desde a ética na investigação a dificuldade no contato com os sujeitos prostituídos para realização de entrevistas.

REFERÊNCIAS

5º MAPEAMENTO de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras. Disponível em:<http://www.namãocerta.org. br/pdf/mapeamento2011-2012.pdf>. Acesso em: 22 de Jan. 2015.

ABERTO, Maria de Fátima Pereira; SILVA, Ana Cristina Serafim; GOMES, Vanessa Cavalcante; ARAÚJO, Antonia Marize Guerra; OLIVEIRA, Denise**. A exploração sexual infanto-juvenil sob a ótica de membros da população.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 41-59, ago. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf /per/v15n3/v15n3a04.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2015.

ANDRADE, Manoel Correia de. (1994). Territorialidades, desterrialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, ANPUR.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco- Editora Massangana, 1984.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 11. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http:// bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../**estatuto_** crianca_**11ed**.pdf?...21>. Acesso em: 02 Dez. 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a cidade. São Paulo: FELCH, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato, Espaço: um conceito - chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. 11ª Ed. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DUNCAN, James. S. **A paisagem como sistema de criação de signos**. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; HOSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FALEIROS, Eva.T Silveira; CAMPOS, Josete de Oliveira. (ORG). **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: CECRIA/MJ – SDH – DCA/ FBB/ UNICEF. 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 17. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil).** Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça,UNICEF, CESE, 1999. Disponível em:< http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/88NURRB8AOESKV83TFUN.pdf >. Acesso em: 20 de Jan. 2015.

LEAL, Maria Lúcia Pinto**. A mobilização das ONGs no enfretamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil**. Disponível em: <http:// periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/61/95>. Acesso em: 13 Fev. 2015.

LEFÉBVRE, Henri. **Espacio y Política**. Barcelona, Ediciones Peninsula. 1976.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Desvendando Vozes Silenciadas:** adolescentes em situação de exploração sexual. 2003. 355f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, São Paulo, 2003.

MATOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos**. Territórios da prostituição dos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro**. Boletim Goiano de Geografia, vol. 15, nº 1, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg /article/view/4327/3791>. Acesso em: 11 Jan. 2015.

MEDEIROS, Marcelo; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; MUNARI, Denize Bouttelet; GOMES, Romeu. **A sexualidade para o adolescente em situação de rua em Goiânia**. Rev Latino-am Enfermagem, 2001 março; 9(2): 35-41. Disponível em<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1549 > acesso em: 29 Nov. 2014.

MENESCAL, Andreá Koury. **História da gênese das ONGs**. São Paulo: Estação liberdade, 1996.

NABOZNY, Almir. **Meninas Prostituidas e suas Geo-Grafias**. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

NEVES, Gervásio Rodrigo. (1994). **"Territorialidade, desterrialidades, novas territorialidades (algumas notas"). In: Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec – ANPUR.

OIT/IPEC - **Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Tríplice Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai**. Disponível em: <http://white.lim.ilo.org/ipec/documentos/guia_educadores_br.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographi**. Osnabruck: Otto Zeller Verlag. 1898/1974.

RELATÓRIO realizado pelo Relator Especial da ONU sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/ultimos_informes/16032004%20-%20relat%C3%B3rio%20do%20relator%20da%20ONU-Miguel%20Petit.html>. Acesso em: 10 Abr. 2015.

RIBEIRO, Miguel Angelo. **Território e prostituição na metrópole carioca**. 1ª Ed.- são João De Mereti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

RIBEIRO, Moneda Oliveira; DIAS, Aretuzza de Fátima**. Prostituição infanto-juvenil: revisão sistemática da literatura**. Revista da Escola de enfermagem da USP, v. 43, n. 2, p. 465-471, 2009. Disponível em: < http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/3899>. Acesso em: 29 Nov. 2014.

RONCAYOLO, M. Território. In: **Enciclopedia Einaudi**, v. 8, Região. Cidade do Porto: Imprensa Nacional. 1986.

SACK, Robert D. **Human Territoriality** – It's theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Exploração sexual de crianças**. In: AZEVEDO; Maria Amélia, GUERRA; Viviane Nogueira de Azevedo, organizadores. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu; 1989.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 7. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** Natureza, Capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI - ESTRUTURADA COM PROFISSIONAIS QUE DESENVOLVEM TRABALHOS NA ÁREA DA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Entrevistador:

Data/local:

1°- Nome:

2°- Cargo:

3°- Instituição:

4°- Há quanto tempo à instituição está prestando serviço à comunidade?

6°- Quantas pessoas trabalham na instituição?

7°- Quem são as pessoas atendidas?

8°- Existem outras instituições trabalhando com crianças e adolescente prostituídos? Quais os nomes?

9°- Quantas crianças e adolescentes prostituídos estão cadastrados na instituição?

10°- Como é realizado o trabalho direcionado a criança e adolescente prostituído?

11°- Quais são as expectativas em relação ao trabalho desenvolvido?

12°- Essas expectativas tem alcançado êxito?

13°- Quais os espaços da prostituição infanto-juvenil na cidade?

14°- Como você pode definir a criança ou adolescente prostituído?